

Indústria & Competitividade



Educação A chave da produtividade

Crescimento do País e eficiência da indústria dependem de gente bem formada e qualificada. Solução envolve os setores público e privado

Elga da Silveira em aula na Hering: ensino médio concluído em curso da empresa e do SESI/SC

MONTADORAS

BMW, GM, Sinotruk e LS Mtron lideram nova cadeia produtiva no Estado

CARNE SUÍNA

Abertura de mercados de Japão, EUA e China é divisor de águas para setor

TRIBUTOS

É urgente uma reforma do sistema em lugar dos remendos que o desorganizam

Desafios e realizações

Esta revista é fruto de um desejo e de uma necessidade. Uma instituição do porte do Sistema FIESC, representante do setor que gera um terço do PIB de Santa Catarina, deve possuir bons canais de comunicação com a sociedade. A revista Indústria & Competitividade vem se somar a outras iniciativas que temos desenvolvido para ocupar esse espaço, porém em moldes diferentes de publicações institucionais tradicionais. Não é nosso intuito usar o veículo para expor, prioritariamente, realizações do Sistema FIESC e seus dirigentes, mas sim do setor que ele representa, conforme o leitor poderá constatar nesta primeira edição. A valorização da indústria – e, particularmente, do industrial catarinense – é um dos maiores desejos de nossa instituição, o que acreditamos poder potencializar com esta revista, que passará, com certeza, a ocupar um espaço relevante no universo da mídia impressa catarinense (ver detalhes sobre o projeto no texto de Apresentação, a seguir).

Tal relevância é fundamental para atingirmos a outra dimensão do projeto, que é contemplar a necessidade da indústria de se manter competitiva no cenário global. Muito disso depende de fatores que nem sempre estão sob o total controle das empresas, como a formação educacional e profissional dos trabalhadores, tema da matéria principal desta edição. É somente com educação de qualidade que conseguiremos elevar a produtividade do trabalho e colocar o País na rota do crescimento sustentado. O crescimento dos últimos anos foi baseado na inserção de mais pessoas no mercado de trabalho, no aumento dos salários e na expansão do crédito, mas o modelo já está esgotado. O cenário atual é de baixo crescimento e de altos custos de produção. A competitividade industrial e o crescimento econômico passam pela maior produtividade do trabalho, cuja chave é a qualidade da educação em todos os níveis. Esse se constitui, hoje, no maior desafio do País.

Além de desafios dessa magnitude e de outros, como a irracionalidade do sistema tributário e de entraves logísticos, a edição traz entrevistas e reportagens que demonstram a força e o potencial da indústria catarinense. Casos do novo setor automotivo que se desenvolve no Estado e da abertura de novos mercados às exportações da carne suína. Também da viticultura, esta uma atividade emergente que se valeu de uma combinação única de recursos naturais, tecnologia e empreendedorismo para se alçar, em poucos anos, à condição de uma das mais importantes do País em seu nicho. Boa leitura!

Glauco José Côrte

Presidente do Sistema FIESC



Nossa indústria é reflexo do empreendedor catarinense.

Uma indústria mais inovadora e competitiva deve buscar inspiração nas pessoas. Em Santa Catarina é assim. Cada vez mais forte e moderna, a indústria catarinense é referência no país, movendo o estado rumo a um futuro vencedor. Mas não para por aí. Com o apoio do Sistema FIESC ela tem tudo para ir ainda mais longe, trazendo diversos benefícios e transformando a vida de todos os catarinenses.



aindustriatransforma.com.br

Presidente
Glauco José Côrte
 1º Vice-Presidente
Mario Cezar de Aguiar
 Diretor 1º Secretário
Edvaldo Angelo
 Diretor 2º Secretário
Cid Erwin Lang
 Diretor 1º Tesoureiro
César Murilo Barbi
 Diretor 2º Tesoureiro
Carlos Toniolo

DIRETORIA EXECUTIVA

Carlos Henrique Ramos Fonseca
Carlos José Kurtz
Carlos Roberto de Farias
Fabrizio Machado Pereira
Henry Uliano Quaresma
Hermes Tomedi
Natalino Uggioni
Sérgio Roberto Arruda
Silvestre José Pavoni

Indústria & Competitividade

Direção de conteúdo e edição
Vladimir Brandão

Jornalista responsável
Elmar Meurer (984 JP)

Coordenação de produção
Marcelo Lopes Carneiro

Direção de arte
Luiz Acácio de Souza

Edição de arte
João Henrique Moço

Edição de fotografia
Edson Junkes

Secretário de redação
Sérgio Ribeiro

Reportagem e textos
Carla Pessotto, Diógenes Fischer, Eduardo Kormives, Maurício Oliveira e Simone Kafruni

Apoio editorial
Ivonei Fazzioni, Elida Ruivo, Miriane Campos, Dami Radin, Diogo Honorato e Pollyanna Niheus

Comercialização
Rodrigo Coutinho

✉ imprensa@fiescnet.com.br
 ☎ (48) 3231-4670
www.fiescnet.com.br


www.expressao.com.br

SUMÁRIO

- 6 APRESENTAÇÃO**
 Revista Indústria & Competitividade: projeto, critérios e objetivos
- 10 ENTREVISTA**
 Raimundo Colombo, governador de Santa Catarina, enfatiza a importância de parcerias dos setores público e privado para o desenvolvimento
- 14 EDUCAÇÃO**
 A produtividade da indústria e o crescimento do País dependem de maior qualidade da educação. Conheça as ações do Sistema FIESC e como as empresas superam os problemas
- 40 INDÚSTRIA AUTOMOTIVA**
 Chegada de montadoras de veículos delinea nova cadeia produtiva no Estado
- 48 AGENDA LEGISLATIVA**
 Por que uma reforma tributária é necessária em lugar de ajustes pontuais que desorganizam o sistema, e a atualização do Código Ambiental estadual
- 52 VINHOS**
 Terroir da Serra e visão de negócios de novos empresários tornam Santa Catarina referência em vinhos finos
- 58 PERFIL**
 Sob a liderança de Frank Bollmann, a Tuper cresce mais de 20% ao ano e é uma das líderes em transformação de aço no país
- 62 COMÉRCIO EXTERIOR**
 Carne suína catarinense conquista Japão e EUA, gerando expectativa de abertura de novos mercados e alta nas exportações
- 66 INFRAESTRUTURA**
 Como a falta de ferrovias subtrai competitividade da indústria de alimentos da região Oeste
- 68 GENTE DA INDÚSTRIA**
 A história do contramestre Hamilton Rocha, que reinventou a carreira aos 50 anos de idade
- 70 ARTIGO**
 Robson Andrade, presidente da Confederação Nacional da Indústria



O CONHECIMENTO MOVE SUA INDÚSTRIA.

Na era do conhecimento, o nível de escolaridade do trabalhador é considerado um fator crítico de sucesso nas organizações. 52%* dos trabalhadores da indústria catarinense não têm escolaridade básica completa. Sua indústria pode mudar essa estatística. O SESI oferece cursos de Ensino Fundamental e Médio para o trabalhador da indústria.

- Cursos a distância com encontros presenciais
- Ensino de qualidade e gratuito
- Conteúdos voltados ao mundo do trabalho



* Fonte: FIESC (2010) e CNI (2011)

**PARA MAIS INFORMAÇÕES,
 ENTRE EM CONTATO
 COM O SESI DE SUA REGIÃO
 OU ACESSE: WWW.SESISC.ORG.BR**



Por uma indústria Forte

PUBLICAÇÃO DO SISTEMA FIESC REFORÇA POSICIONAMENTO DO SETOR EM QUESTÕES RELATIVAS À SUA COMPETITIVIDADE E AO DESENVOLVIMENTO DO ESTADO, ALÉM DE EXIBIR SUAS CONQUISTAS

A revista Indústria & Competitividade, do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), foi concebida para se inserir numa dimensão essencial do espaço público: o debate sobre o desenvolvimento econômico e social do Estado e do País. O momento é oportuno. O Brasil se encontra diante de desafios cuja superação, ou não, determinarão o futuro que teremos. Recentes conquistas econômicas e sociais gabaritaram o País para uma mudança de patamar: sair da condição de nação de renda média para a de renda alta. Essa conquista passará necessariamente por uma indústria forte. Segundo a Organização das Nações Unidas, a produção e exportação de artigos industrializados é o melhor caminho para que seja realizada a transição, devido à associação inerente da atividade industrial com tecnologia de ponta e a formação de pessoal para operá-la e desenvolvê-la. Mas a competitividade da indústria é limitada por fatores não gerenciáveis pelas empresas: alta carga tributária, infraestrutura precária, excesso de burocracia, baixa qualidade da educação. É por isso que esses e outros temas relativos à competitividade são centrais na proposta editorial desta publicação, que vai reforçar a ação do Sistema FIESC no agendamento de questões relevantes para o desenvolvimento catarinense.

Com tiragem inicial de 5.000 exemplares e periodicidade quadrimestral, a revista não pretende apenas sensibilizar políticos, empresários e formadores de opinião. Além de circular em fóruns nacionais e estaduais, como os três poderes da República e do Estado; representações classistas e imprensa, a revista alcançará todas as regiões do Estado, por meio de universidades, escolas e bibliotecas, levando a visão da indústria para o debate acerca do desenvolvimento que se trava em diversas instâncias. Ao mesmo tempo em que apresenta os desafios, a revista exhibe as conquistas da indústria. Com informações de qualidade sobre negócios no setor, sua história de sucesso em Santa Catarina e as contribuições para a construção do futuro do Estado, a publicação dimensiona o papel da indústria e atualiza a sociedade sobre sua relevância.

Influência decisiva

As reportagens cobrirão diferentes setores e regiões de Santa Catarina, com abordagens que abrangem economia, gestão, pessoas, logística, sustentabilidade e outros enfoques. Mesmo tratando de temas às vezes complexos e intrincados, a publicação buscará uma linguagem sintética e acessível, além do uso farto de imagens, infográ-



ficos e tabelas – com destaque para o formato diferenciado – para tornar a leitura mais agradável e proveitosa. Em suma, Indústria & Competitividade tem um projeto editorial e gráfico moderno, em sintonia com a linguagem adotada pela indústria em seus negócios e em seu discurso: inovadora e ousada, mas com os pés no chão.

Posicionar-se nas questões relevantes para o Estado e o País é um dever da indústria, que

representa um terço das riquezas geradas em Santa Catarina e tem influência decisiva na agropecuária e nos serviços, como, por exemplo,

no transporte de mercadorias por estradas e na movimentação dos cinco portos de nosso litoral. Com mais de 730 mil trabalhadores, pode-se afirmar que a indústria é parte importante da vida de mais de um terço da população catarinense, considerando os familiares dos colaboradores. Em Santa Catarina, o setor secundário da economia é mais forte do que em praticamente todos os outros Estados da Federação. Sua participação relativa na geração de riquezas só é menor do que no Amazonas, cuja economia gira em torno da Zona Franca de Manaus. Tanto é assim que, com pouco mais de 1% do território e de 3% da população, Santa Catarina possui o quarto maior parque industrial do País.

A estrutura industrial é diversificada e bem distribuída. Os setores cerâmico, de carvão, de vestuário e de descartáveis plásticos predominam no Sul, e alimentar e de móveis no Oeste. No Vale do

Itajaí, os setores têxtil, de vestuário, naval e de cristais são os destaques, enquanto no Norte predominam os de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário. Já o segmento madeireiro é destaque na região Serrana e o tecnológico na Capital. Nesses setores atuam alguns dos maiores fornecedores globais de motores elétricos, eletrodomésticos, compressores de ar, parafusos, embarcações rebocadoras, tubos de PVC, vestuário, revestimentos cerâmicos, móveis e de carnes suína e de frango, dentre outros itens. O quadro industrial é dinâmico. Novas empresas e aglomerados industriais surgem no Estado com a chegada de montadoras de automóveis, caminhões e aviões, só para citar alguns exemplos recentes.

A diversidade e a distribuição geográfica da indústria vêm garantindo, ao longo dos anos, a pujança do Estado e o equilíbrio socioeconômico entre suas regiões. Esse é um dos fatores que explicam o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, que no Brasil só é menor que o do Distrito Federal. Ao longo dos anos a indústria interferiu no desenvolvimento do Estado não somente gerando riqueza, mas também participando do debate sobre seus rumos e atuando em parceria com o setor público. A tradição continua, agora reforçada por esta revista Indústria & Competitividade. Indústria e Santa Catarina são conceitos indissociáveis, portanto a competitividade do setor é vital para o Estado. ■

Itajaí, os setores têxtil, de vestuário, naval e de cristais são os destaques, enquanto no Norte predominam os de metalurgia, máquinas e equipamentos, material elétrico, autopeças, plástico, confecções e mobiliário. Já o segmento madeireiro é destaque na região Serrana e o tecnológico na Capital. Nesses setores atuam alguns dos maiores fornecedores globais de motores elétricos, eletrodomésticos, compressores de ar, parafusos, embarcações rebocadoras, tubos de PVC, vestuário, revestimentos cerâmicos, móveis e de carnes suína e de frango, dentre outros itens. O quadro industrial é dinâmico. Novas empresas e aglomerados industriais surgem no Estado com a chegada de montadoras de automóveis, caminhões e aviões, só para citar alguns exemplos recentes.

A diversidade e a distribuição geográfica da indústria vêm garantindo, ao longo dos anos, a pujança do Estado e o equilíbrio socioeconômico entre suas regiões. Esse é um dos fatores que explicam o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, que no Brasil só é menor que o do Distrito Federal. Ao longo dos anos a indústria interferiu no desenvolvimento do Estado não somente gerando riqueza, mas também participando do debate sobre seus rumos e atuando em parceria com o setor público. A tradição continua, agora reforçada por esta revista Indústria & Competitividade. Indústria e Santa Catarina são conceitos indissociáveis, portanto a competitividade do setor é vital para o Estado. ■

A diversidade e a distribuição geográfica da indústria vêm garantindo, ao longo dos anos, a pujança do Estado e o equilíbrio socioeconômico entre suas regiões. Esse é um dos fatores que explicam o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, que no Brasil só é menor que o do Distrito Federal. Ao longo dos anos a indústria interferiu no desenvolvimento do Estado não somente gerando riqueza, mas também participando do debate sobre seus rumos e atuando em parceria com o setor público. A tradição continua, agora reforçada por esta revista Indústria & Competitividade. Indústria e Santa Catarina são conceitos indissociáveis, portanto a competitividade do setor é vital para o Estado. ■

A diversidade e a distribuição geográfica da indústria vêm garantindo, ao longo dos anos, a pujança do Estado e o equilíbrio socioeconômico entre suas regiões. Esse é um dos fatores que explicam o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, que no Brasil só é menor que o do Distrito Federal. Ao longo dos anos a indústria interferiu no desenvolvimento do Estado não somente gerando riqueza, mas também participando do debate sobre seus rumos e atuando em parceria com o setor público. A tradição continua, agora reforçada por esta revista Indústria & Competitividade. Indústria e Santa Catarina são conceitos indissociáveis, portanto a competitividade do setor é vital para o Estado. ■

A diversidade e a distribuição geográfica da indústria vêm garantindo, ao longo dos anos, a pujança do Estado e o equilíbrio socioeconômico entre suas regiões. Esse é um dos fatores que explicam o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, que no Brasil só é menor que o do Distrito Federal. Ao longo dos anos a indústria interferiu no desenvolvimento do Estado não somente gerando riqueza, mas também participando do debate sobre seus rumos e atuando em parceria com o setor público. A tradição continua, agora reforçada por esta revista Indústria & Competitividade. Indústria e Santa Catarina são conceitos indissociáveis, portanto a competitividade do setor é vital para o Estado. ■

A diversidade e a distribuição geográfica da indústria vêm garantindo, ao longo dos anos, a pujança do Estado e o equilíbrio socioeconômico entre suas regiões. Esse é um dos fatores que explicam o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, que no Brasil só é menor que o do Distrito Federal. Ao longo dos anos a indústria interferiu no desenvolvimento do Estado não somente gerando riqueza, mas também participando do debate sobre seus rumos e atuando em parceria com o setor público. A tradição continua, agora reforçada por esta revista Indústria & Competitividade. Indústria e Santa Catarina são conceitos indissociáveis, portanto a competitividade do setor é vital para o Estado. ■

A diversidade e a distribuição geográfica da indústria vêm garantindo, ao longo dos anos, a pujança do Estado e o equilíbrio socioeconômico entre suas regiões. Esse é um dos fatores que explicam o alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Santa Catarina, que no Brasil só é menor que o do Distrito Federal. Ao longo dos anos a indústria interferiu no desenvolvimento do Estado não somente gerando riqueza, mas também participando do debate sobre seus rumos e atuando em parceria com o setor público. A tradição continua, agora reforçada por esta revista Indústria & Competitividade. Indústria e Santa Catarina são conceitos indissociáveis, portanto a competitividade do setor é vital para o Estado. ■

A força da indústria catarinense



Obs.: dados de 2011



Educação Executiva IEL 2013

Com os cursos do IEL, o líder que há em você vai se sentir mais líder do que nunca.

Capacitação Empresarial Educação Executiva Nacional

Capacitações com foco em gestão empresarial nas modalidades in company e turmas abertas. Atende às demandas do mercado e proporciona capacitação de excelência acerca dos mais modernos conceitos e práticas de gestão empresarial.

Curso ministrado por Anton Musgrave: futurista, estrategista de negócios, palestrante, empresário e empreendedor.

Educação Executiva Internacional

Centrado na aplicação de experiências ao contexto específico do seu negócio, o programa visa a evolução da sua empresa com foco em gestão empresarial, estratégia e inovação.

A partir de parcerias firmadas com escolas de negócio internacionais, o Programa prepara os participantes para se anteciparem às constantes mudanças do mercado.

INOVAÇÃO PARA COMPETITIVIDADE

| | |
|--|---|
| Chapécó 04 de junho de 2013 | Blumenau 05 de junho de 2013 |
| Jaraguá do Sul 06 de junho de 2013 | Joinville 07 de junho de 2013 |



Gestão da Inovação: da Estratégia à Ação
17 a 20 de setembro de 2013
Florianópolis/SC

Mais informações

IEL Sede Florianópolis

48 3231.4612

www.ielsc.org.br

eduexecutiva@ielsc.org.br



Parceria para o desenvolvimento

Nesta entrevista o governador de Santa Catarina, **Raimundo Colombo**, fala sobre o desafio de oferecer suporte à competitividade do Estado exposto à falsa impressão de que ele governa o “paraíso”, então não haveria do que reclamar no plano federal. Buscar sintonia e desenvolver parcerias com a iniciativa privada é uma de suas estratégias para chegar lá.

Por **Vladimir Brandão**

No passado Santa Catarina cresceu mais do que a média nacional e se destacou, mas hoje não se pode dizer o mesmo. Como o senhor avalia a economia do Estado?

Nós tivemos um dinamismo econômico, guardadas as proporções, muito parecido com o de São Paulo, agregando as belezas naturais do Rio de Janeiro, o que é importante para o turismo. Temos o histórico de grandes empresas que nasceram aqui, em vários setores; temos uma notável capacidade empreendedora e mão de obra qualificada. Mas hoje em dia o estímulo é muito forte para investimentos no Centro-Oeste e na Zona Franca de Manaus, por exemplo, o que afeta o Sul do Brasil, não só Santa Catarina. Os custos de produção no Brasil estão muito elevados e como temos uma economia muito forte no campo da exportação, temos sido penalizados. Outro problema é que tínhamos muitas grandes empresas que os proprietários haviam fundado e assim tinham um envolvimento maior com o Estado. Mas várias deixaram de ser catarinenses. De outro lado, conseguimos atrair empresas importantes e criar novos setores, como

o automobilístico, e dinamizamos os portos, que apresentam ótimos resultados. O grande desafio é melhorar a infraestrutura e investir muito em tecnologia para sermos competitivos. Santa Catarina tem todas as condições de se desenvolver, pois tem uma base industrial extraordinária e empreendedores com grande qualificação.

Qual é o papel do governo do Estado no desenvolvimento da economia?

Além das questões básicas, como a educação, que considero fundamental para dar plenas condições ao desenvolvimento dos talentos catarinenses, é papel do Estado aumentar a eficiência da economia melhorando a infraestrutura, oferecer linhas de crédito em apoio a setores importantes e fortalecer o pequeno empresário, dando a ele um suporte diferenciado. Acho que o Estado tem papel muito importante no estímulo e na facilitação do empreendedorismo. Nesse sentido temos o programa Juro Zero, em que pagamos os juros de empréstimos a pequenos empresários, e um programa em que o Estado doa 50 mil reais para empreendimentos inovadores. Estamos criando dez polos de inovação em diversas regiões e investindo



Colombo: o Estado tem a função de estimular e facilitar o empreendedorismo

muito na qualificação de mão de obra, ações em que temos uma integração muito grande com o Sistema FIESC.

Como o senhor avalia a importância da parceria entre os setores público e privado, como no caso do Sistema FIESC, para o desenvolvimento?

A FIESC presta um serviço extraordinário para o Estado desde os tempos do meu conterrâneo Celso Ramos (natural de Lages como o governador Colombo, entre os anos 50 e 60 Ramos fundou e presidiu a FIESC e governou Santa Catarina). Há uma grande sintonia entre nós. Sempre a consultamos sobre as decisões, sobre os caminhos a tomar. Na aplicação dos recursos do Pacto por Santa Catarina a FIESC foi um parceiro importante para fazermos os investimentos certos nos lugares certos. Ela tem um corpo técnico excelente, um centro de dados muito bom e consegue fazer diagnósticos que ajudam nas decisões do governo.

Também levanta assuntos fundamentais para o nosso desenvolvimento. A campanha que faz pela educação é de uma importância extraordinária. Na questão da atração de novas empresas a FIESC está sempre abrindo portas, ajudando a resolver problemas, mostrando o nosso potencial.

Quais os efeitos dos investimentos do Pacto (cerca de R\$ 9 bilhões em três anos) esperados para o crescimento da economia?

É o maior pacote de investimentos da história do Estado e vai impactar no crescimento do PIB estadual de forma direta e indireta. Diretamente pelos recursos investidos, e indiretamente pelo impacto na cadeia produtiva. Veja o caso de uma estrada que estamos fazendo no interior de São Joaquim. O pessoal produzia maçã ali, mas com uma estrada ruim, de chão, cheia de buraco, a maçã chegava sem a qualidade necessária. Isso gerava uma perda muito grande, mas que conseguimos reverter. Esta-

mos aumentando investimentos em energia, na melhoria do sistema operacional e na construção de subestações, e também aumentando o volume de gás disponibilizado no Estado. Nós vamos resolver gargalos importantes que estavam comprometendo o desenvolvimento do Estado, como nos setores aeroviário, rodoviário e ferroviário. Isso tudo está se ajustando e entrando num processo de execução imediata.

Além da infraestrutura, a tributação excessiva é fator de perda de competitividade e há o compromisso do

Estado em não elevar tributos, correto?

A redução dos tributos é necessária e vai acontecer. A presidente Dilma tem praticado essas ações e mais da metade do IPI, do Imposto de Renda e outros impostos é dos Estados e dos municípios. Então nós

temos perdido receita. Mas eu tenho convicção absoluta de não aumentar impostos, de reduzir sempre que possível, de simplificar ao máximo e de proteger alguns setores que necessitam, como o da maçã e o da carne suína, em que a gente fez concessões. Na questão de setores vai-se atuando pontualmente.

E quanto à proposta para acabar com a Guerra Fiscal que está no Senado, qual é o posicionamento de Santa Catarina?

É claro que ninguém é contra o fim da Guerra Fiscal, isso tem que acabar. Agora, a proposta original era que (o ICMS) para todos os Estados fosse de 4%, mas já estão propondo 4% aqui e 7% no Nordeste e assim o Brasil já se divide em dois, com privilégios exagerados para uma

região. Então, o que está se fazendo é claro: tira-se a política de incentivo dos Estados e passa-se para o governo federal fazer, o que quebra o princípio da Federação. Segundo ponto: inicialmente a proposta era para implantação em oito anos, agora estão propondo três. Isso impacta nossa receita em dois bilhões de reais por ano, o que destruirá a capacidade de investimento do Estado. Tem que haver de fato um imposto único, senão a guerra fiscal continua. E o prazo tem que ser compatível com a capacidade de suportar a perda, senão os Estados vão quebrar.

“Tenho convicção absoluta de não aumentar impostos, de reduzir sempre que possível, de simplificar ao máximo e de proteger alguns setores que necessitam”

Uma reivindicação empresarial é de que Santa Catarina tenha mais voz no plano federal. Há a sensação de que o Estado é prejudicado?

Em qualquer debate que se faça com outros governadores diz-se que

Santa Catarina é o paraíso e então não há do que reclamar, o que não é verdade. O que foi construído aqui foi com muito esforço. Um dia desses, numa reunião com governadores, apontavam que o Sul está endividado e que o Nordeste não fez empréstimo. Então reduzir juros da dívida só beneficiaria o Sul, o que não é verdade. Porque no Nordeste tudo foi aplicado (recursos federais) a fundo perdido, enquanto nós tivemos que tomar emprestado. É por isso que nós temos a dívida. Ninguém é contra incentivar ou socorrer regiões, pois isso faz parte do princípio de Federação. Mas, por exemplo, no caso do ICMS da importação (Resolução 13, que unificou as alíquotas), só três Estados foram prejudicados: Espírito Santo, Goiás e Santa Catarina. ■



A EDUCAÇÃO ABRE NOVOS CAMINHOS PARA A INDÚSTRIA CATARINENSE.

Para que haja inovação e produtividade na indústria é preciso conhecimento. Por isso, o Movimento A Indústria pela Educação, iniciativa do Sistema FIESC, mobiliza as indústrias para contribuir com a elevação do nível educacional dos trabalhadores. Conheça as ações e estratégias educacionais propostas pelas entidades do Sistema FIESC (SESI, SENAI e IEL) e faça a adesão ao Movimento.

Para saber mais sobre as ações que estão promovendo a competitividade da indústria catarinense, acesse : www.fiescnet.com.br/aindustriapelaeducacao





SÓ O ENSINO DE QUALIDADE PODE ELEVAR A PRODUTIVIDADE DO TRABALHO, ÚNICO MEIO PARA SUSTENTAR O CRESCIMENTO DO PAÍS, MAS CENÁRIO É DE “APAGÃO DE TALENTOS”. COMO REVERTER O QUADRO?

Sem gente instruída não há indústria competitiva

Por Diógenes Fischer

Eggon João da Silva, um dos fundadores da Weg, orientou a trajetória da empresa que começou como uma pequena oficina em Jaraguá do Sul com a seguinte filosofia: máquinas podem ser compradas, dinheiro pode ser tomado emprestado, mas pessoas não; pessoas motivadas e qualificadas são a base de qualquer empreendimento. O princípio de Eggon é seguido à risca pelo filho, Décio da Silva, presidente do conselho de administração da Weg, hoje uma das maiores fabricantes de motores e equipamentos elétricos do mundo, com faturamento de R\$ 6,1 bilhões em 2012. “É por isso que a formação de pessoas ocupa

um espaço central em nossa estratégia”, diz o empresário, ele próprio um dos 4 mil profissionais formados pelo Centroweg, o centro de treinamento criado pela empresa em 1968, sete anos após sua fundação. Desde então, jovens da comunidade têm acesso à formação profissional gratuita e certificada pelo SENAI em áreas como mecânica, eletricidade, eletrônica e química. Um dos jovens que se formou ali é Horacio Luís Pradi, cuja trajetória comprova a validade da filosofia do fundador.

Aos 15 anos Horacio tornou-se aprendiz na Weg, ao mesmo tempo em que fazia o ensino médio articulado com o curso técnico em eletromecânica no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet, atual IFSC) de Jaraguá do Sul. “No Centroweg tive uma base teórica muito forte em matemática e física, além de ter o primeiro contato com o ambiente industrial”, conta Horacio, que foi contratado pela Weg como técnico na área de manutenção elétrica assim que concluiu o Cefet, em 2000. No ano seguinte, começou a cursar Engenharia Elétrica na Universidade Regional de Blumenau (FURB), onde se formou como primeiro da

Horacio: de aprendiz, aos 15 anos, a chefe de Engenharia na Weg graças aos estudos subsidiados pela empresa

um espaço central em nossa estratégia”, diz o empresário, ele próprio um dos 4 mil profissionais formados pelo Centroweg, o centro de trei-

turma. Em 2004, enquanto ainda estava na universidade, Horacio foi promovido a analista do departamento de capacitores e passou a ter a faculdade subsidiada pela Weg. Dois anos depois ele se tornou chefe da seção de Engenharia e Processos de Capacitores, área da empresa que ajudou a criar. “O que fazemos aqui é crucial para o desenvolvimento de produtos e inovação na companhia”, diz o engenheiro de 31 anos, que deve concluir este ano o mestrado em Engenharia Elétrica. “Todo o conhecimento que adquiri vem sendo aplicado diretamente no aumento

do nível tecnológico dos nossos produtos”.

A trajetória de Horacio é um exemplo de como a educação é fundamental para o desenvolvimento e retenção de talentos capazes de produzir inovações e elevar a produtividade da indústria. Contudo, a realidade do ensino brasileiro torna casos como o dele algo ainda raro. Em Santa Catarina, 53% dos trabalhadores da indústria não têm sequer a educação básica completa,

o que equivale a cerca de 400 mil pessoas sem escolarização. A educação básica – como o próprio nome já diz – deve ser a base do processo de formação de recursos humanos, garantindo às pessoas condições de se qualificar para a vida produtiva. “O que se espera é que a educação básica seja capaz de criar competências mínimas para a inserção na sociedade e no mercado, como leitura, escrita e fluência oral, além de desenvolver as capacidades intelectuais que nos tornam capazes

de resolver problemas e inovar”, define Sérgio Roberto Arruda, diretor regional do SENAI/SC.

Complexidade

Mas, no Brasil, a educação básica oferecida é insuficiente para fazer frente às exigências do mercado de trabalho. Sua baixa qualidade é atestada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Pesquisas da entidade situam os alunos brasileiros nas últimas colocações do

ranking global de proficiência em matemática, leitura e ciências (veja o quadro na página 19). Os efeitos da fragilidade educacional são mortais para a indústria.

“Como alguém pode atuar de forma produtiva se não consegue ler o manual de instruções para operar um equipamento, não consegue redigir relatórios, escrever instruções ou trocar mensagens com colegas?”, questiona Arruda.

Apenas melhorar a educação básica não resolveria o problema.

Diante da complexidade da indústria moderna, seria necessário que 85% dos trabalhadores tivessem o ensino médio ou educação superior – em Santa Catarina, menos de 40% possuem esses níveis de qualificação. Em todo o Brasil, sete em cada 10 empresas têm dificuldades em encontrar profissionais qualificados (veja o quadro na página 22). A tendência é que o “apagão de talentos” tenha efeito duradouro. Estudo do SENAI aponta que a indústria brasileira vai precisar de 7,2 milhões de

Somos improdutivos

Posição no ranking global de produtividade e riqueza média gerada por um trabalhador (em US\$ mil/ano)

| | | |
|------|----------------|-------------|
| 1º | Catar | 160,3 |
| 2º | Luxemburgo | 114,1 |
| 3º | Estados Unidos | 105,9 |
| 48º | Argentina | 37,6 |
| 51º | Chile | 35,9 |
| 52º | México | 35,6 |
| 58º | Venezuela | 31,0 |
| 61º | Uruguai | 29,1 |
| 66º | Peru | 24,0 |
| 69º | Colômbia | 23,2 |
| 75º | BRASIL | 19,8 |
| 90º | Bolívia | 11,9 |
| 122º | Zimbábue | 0,3 |

Fonte: The Conference Board, 2012



Objetivo: Motivação e Envolvimento.



Objetivo: Espírito de Equipe.

- Localizado em Florianópolis/SC
- 1 milhão de m² de mata preservada
- 5 restaurantes de alta gastronomia
- 22 salas para eventos de 24 m² até 1.800 m²
- Hospedagem para até 1.500 pessoas
- Capacidade de atendimento para até 4.000 pessoas
- Golf, SPA



Objetivo: Premiação.



Objetivo: Superação.

VOCÊ TRAZ SUA EQUIPE E ESCOLHE O TEMA, NÓS ORGANIZAMOS SEU EVENTO.

COSTÃO DO SANTINHO. EXCELÊNCIA EM ESTRUTURA E SERVIÇOS PARA EVENTOS DE TODOS OS PORTES.

Eleito pela 7ª vez o Melhor Resort de Praia do Brasil pela revista Viagem e Turismo. Ganhador do Prêmio Caio da Década em 2010, como o melhor empreendimento nacional para eventos, e campeão na edição de 2012. Estas, entre outras conquistas, confirmam a excelência atingida pelo Costão do Santinho em estrutura, instalações, atendimento e serviços. E para oferecer o melhor para as pequenas e médias empresas que buscam fazer um grande evento, preparamos uma novidade: **eventos customizados**. Você escolhe entre 4 temas exclusivos e nós organizamos o seu evento, desde a estrutura até o material temático. É o Costão do Santinho cuidando de cada detalhe para que o seu evento seja um sucesso.



COSTÃO DO SANTINHO.
TODAS AS CREDENCIAIS PARA UM EVENTO DE SUCESSO.
WWW.COSTAO.COM.BR/EVENTOS - (48) 3261 1935





Quem sabe mais

Posição dos países no ranking global da qualidade da educação

| | | | |
|-----|----------------|-----|---------------|
| 1º | China (Xangai) | 43º | Rússia |
| 2º | Coreia do Sul | 44º | Chile |
| 3º | Finlândia | 47º | Uruguai |
| 6º | Canadá | 48º | México |
| 8º | Japão | 49º | Romênia |
| 17º | Estados Unidos | 53º | BRASIL |
| 20º | Alemanha | 58º | Argentina |
| 22º | França | 63º | Peru |
| 25º | Reino Unido | | |

Fonte: PISA 2009 (OCDE)

A correção desse rumo não é atribuição exclusiva do setor público, e a indústria faz a sua parte. O Sistema FIESC lançou, no final do ano passado, o movimento *A Indústria pela Educação*, para fomentar entre as empresas a formação e qualificação de trabalhadores e de integrantes das comunidades onde estão instaladas (leia matéria subsequente).

Até abril, contava com a adesão de 545 empresas, entre elas Weg, Hering, Altona, Tupy, Portobello, Grupo Marfrig, Whirlpool,

Apenas metade dos jovens brasileiros entre 15 e 17 anos cursam o ensino médio

técnicos até 2015. Desse total, 6,1 milhões já estão no mercado de trabalho, sendo preciso formar 1,1 milhão de novos profissionais. A disponibilidade de engenheiros também preocupa, já que o Brasil é o país que menos forma engenheiros entre os integrantes do BRIC (grupo de países em desenvolvimento, formado por Brasil, Rússia, Índia e China): são 30 mil por ano, enquanto na Índia são pelo menos 220 mil, na Rússia, 190 mil, e na China, 650 mil. Tal quadro é um verdadeiro freio de mão para a indústria.

Relação direta

“Há uma relação direta entre educação, produtividade e capacidade de inovar”, diz Glauco José

Côrte, presidente do Sistema FIESC. O resultado mensurável do cenário atual é que a produtividade do trabalho no Brasil é muito baixa. Comparado ao trabalhador norte-americano, o brasileiro gera, em média, cinco vezes menos riqueza. No ranking da produtividade da Organização Mundial do Trabalho, o País ocupa a 77ª posição, atrás de vizinhos da América do Sul como Argentina, Chile, Venezuela e Peru. Isso é efeito direto do fato de o Brasil ter a menor média de anos de estudo entre todos os países da região, com apenas 7,2 anos. Segundo a consultoria John Snow Brasil, a diferença de produtividade entre trabalhadores com dois anos de escolaridade e com cinco anos é de 54%.

Diminuir a distância em relação aos outros pa-

íses não é uma questão de vida ou morte apenas para a indústria. A baixa qualidade da educação é um problema estrutural, que já ameaça a continuidade do crescimento econômico do país. Nos últimos anos o crescimento do PIB foi motivado, em sua maior parte, pelo aumento de salários e pelo crescimento da base de consumo, além da expansão do crédito. Esse modelo, entretanto, já está esgotado. Não há mais gente disponível para incorporar ao sistema produtivo e não há mais margem para expansão acentuada de crédito e salários. A única saída para o País continuar crescendo é que o trabalhador brasileiro agregue valor ao seu trabalho, gerando mais riqueza. Isso significa aumentar a produtividade.

Coteminas e ArcelorMittal. Além disso, o Sistema FIESC está alocando até 2014 R\$ 330 milhões em infraestrutura para os programas de educação e capacitação coordenados pelas entidades SENAI, SESI e IEL. Este investimento vai impulsionar a educação básica, continuada e profissionalizante do trabalhador da indústria, a educação executiva e programas de capacitação para estagiários e supervisores de estágio.

À parte do movimento, o Sistema FIESC tem uma agenda com as demandas do setor produtivo ao poder público, com uma pauta de sugestões que inclui a implantação de metas de qualidade, a remuneração de professores com base em resultados, incentivo à formação de tecnoló-

EDUCAÇÃO

gos e direcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação às necessidades do mercado. "É muito clara a necessidade de focarmos a educação como um pilar básico, uma premissa que antecede qualquer política de desenvolvimento para o Estado e para o País", afirma o presidente do Sistema FIESC. "Precisamos superar o afastamento que existe entre o setor empresarial e o debate nacional em torno da educação. Trata-se de um tema por demais importante para ficar circunscrito a um debate corporativo ou apenas de educadores", completa Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Para o professor Mozart Ramos, membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho de Governança do movimento Todos Pela Educação, os empresários precisam entender que a educação é o principal mecanismo não só para impulsionar o desenvolvimento do País, mas para garantir o futuro dos seus negócios. "A educação deve ocupar um lugar de máxima

importância no planejamento estratégico da indústria. É preciso investir permanentemente na formação de recursos humanos, seja para aumentar a escolaridade, seja para capacitá-los para uma área específica na empresa", afirma Ramos.

Engajamento crucial

O interesse dos empresários está sintonizado com as demandas da sociedade. "Quando entidades como a FIESC começam a liderar movimentos dessa natureza e a promover ações que possam ajudar no desenvolvimento da educação, podemos dar um grande salto nessa área", diz o secretário estadual de Educação, Eduardo Deschamps. Nesse sentido, a ação da indústria se agrega a outras importantes iniciativas, como o movimento Todos pela Educação, que envolve no plano nacional representantes de diversos setores da sociedade, e a campanha A Educação Precisa de

Respostas, do grupo de comunicações RBS, que tem o objetivo de qualificar a edu-

Unidade do SENAI em Joinville: no Brasil, apenas três milhões de jovens fazem educação profissional de nível técnico



Trabalhar em função do progresso é o que nos movimenta.

Com produtos que carregam, cavam, perfuram, movimentam e constroem um futuro melhor, a METISA segue trilhando os caminhos do desenvolvimento. Sendo uma importante peça para o crescimento do Brasil há mais de 70 anos, nosso compromisso com o progresso se mantém, e ganha mais força a cada novo dia.



www.metisa.com.br

METISA

cação básica no País. Uma prova de que é fundamental mobilizar a sociedade está no fato de que ela ainda não está sensível ao problema da educação. Uma pesquisa do governo revelou que, na média, os pais de alunos atribuem nota 8,6 às escolas em que os filhos estudam, ou seja, acham que o ensino vai muito bem. “A sociedade nem sabe que existe um problema”, diz o especialista em educação Gustavo Ioschpe.

Estagnação e retrocesso

Santa Catarina é um dos Estados com maior qualidade de ensino, ocupando o primeiro lugar no ranking nacional nas últimas séries do ensino fundamental e no ensino médio (IDEB 2011). Contudo, ainda há muito espaço para melhorias. “Relativamente ao Brasil, Santa Catarina encontra-se em um patamar bem melhor, mas não o suficiente para tornar o Estado competitivo no cenário internacional”, aponta Ramos. A posição de defasagem fica clara ao se analisar os dados da pesquisa da OCDE. O Brasil fica na 53ª posição, com uma média de 401 pontos. A pontuação de Santa Catarina coloca o Estado um pouco acima da média brasileira, com 428 pontos, mas ainda abaixo da média internacional. A despeito dos resultados ainda fracos, o Brasil foi o terceiro país que mais cresceu em pontuação na última avaliação.

“Avançamos na universalização do sistema, mas ainda precisamos melhorar a qualidade”, avalia Rafael Lucchesi. Para o professor Ramos, trata-se de uma “dívida histórica” que o País tem com a educação. “Em relação às séries finais do ensino fundamental e ao ensino médio o Brasil está estagnado, não conseguimos avançar desde 1995. E estagnação em educação significa retrocesso”, alerta. Relatório do movimento Todos pela Educação aponta que apenas 10,3% dos estudantes que concluíram o ensino médio aprenderam o que seria esperado em matemática. “É o mesmo per-



Barreira à produtividade

- 69%** das empresas têm dificuldades com a falta de trabalhadores qualificados
- 94%** delas acham difícil encontrar operadores para a produção
- 70%** veem no problema um fator de prejuízo da produtividade
- 78%** têm capacitação na própria empresa

Fonte: CNI

O que mais atrapalha

Dificuldades das indústrias que procuram qualificar os trabalhadores (% de empresas)

| | |
|---|------------|
| A má qualidade da educação básica prejudica a qualificação | 52% |
| Ao investir em qualificação, a empresa perde o trabalhador para o mercado | 38% |
| Pouco interesse dos trabalhadores | 35% |
| Não existem cursos adequados às necessidades da empresa | 33% |
| Alta rotatividade dos trabalhadores | 31% |
| Os cursos têm custos elevados | 25% |
| Não é possível liberar o trabalhador para cursos | 11% |

Fonte: CNI – Sondagens Especiais, abril de 2011.
Nota: os percentuais não somam 100% porque cada empresário poderia assinalar até três opções.

Ensino superior:
Brasil é o país em desenvolvimento que menos forma engenheiros, são apenas 30 mil por ano

centual de 20 anos atrás”, observa Ramos. “O Brasil precisa acordar, principalmente no que se refere ao ensino médio. O

jovem precisa ter uma escola que caiba na vida, que dialogue com o mundo do trabalho e que o prepare para o que vem depois, seja a educação tecnológica, seja o ensino superior”.

Geração “nem-nem”

A falta de um maior direcionamento para o mercado de trabalho é um dos entraves para que a educação se converta em produtividade para a indústria. “Nossos jovens, nos nove anos do ensino fundamental e nos três do médio, não têm uma única hora de educação profissional”, ressalta Lucchesi. Atualmente, apenas 6,6% dos brasileiros entre 15 e 19 anos cursam o ensino profissionalizante junto com a educação regular, enquanto na Coreia esse índice é de 50%, na Alemanha é de 53% e no Japão de 55%. Isso acontece porque a visão que se tem do ensino no Brasil é voltada para direcionar o aluno à universidade. “O Brasil tem hoje 24 milhões de jovens, dos quais 3,4 milhões vão para a universidade e perto de 3 milhões vão fazer educação profissional de nível técnico. O que nos deixa com aproximadamente 17 milhões de jovens sem formação nenhuma, dos quais 5,3 milhões fazem parte do que chamamos de ‘geração nem-nem’, ou seja: nem estudam nem trabalham”.

O ensino médio é considerado o grande “gargalo” da educação brasileira, com altos índices de abandono. O problema começa já no número de alunos que o acessam na idade adequada. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2011 apenas 51,8% dos jovens entre 15 e 17 anos cursavam o médio. Os outros ainda estavam no fundamental ou já tinham deixado a escola. A tendência ao atraso acaba influenciando a faixa se-

guinte, os jovens de 18 a 24 anos, que poderiam estar em uma universidade ou em um curso técnico. Nessa faixa, 8% sequer concluíram o fundamental e 34,2% não saíram do ensino médio. E o mais preocupante: 32,2% abandonaram de vez os estudos, um índice três vezes maior que a média registrada entre os países da OCDE, avolumando a demanda para a educação básica de jovens e adultos.

Menos é mais

Em 2009 a OCDE, que reúne as 34 nações mais desenvolvidas do mundo, enviou técnicos a Santa Catarina para avaliar as políticas de educação do Estado, identificar necessidades e sugerir medidas estratégicas. Com base em seu relatório, o Conselho Estadual de Educação elaborou, no ano passado, uma proposição indicando novos rumos para a educação em Santa Catarina. Segundo Maurício Fernandes Pereira, presidente do Conselho, a atuação do Estado na educação fundamental deve ser pautada em cinco pilares: formação de professores e de gestores educacionais, valorização da carreira do magistério, currículo e prática pedagógica, autonomia e gestão na escola, além da estrutura física e técnica do sistema. Uma das mudanças propostas envolve uma reformulação curricular para tornar a grade de disciplinas mais focada.

“Nosso currículo ainda é muito pesado, com um grande volume de conteúdo de pouca relevância. É fundamental entender a ideia da OCDE de que ‘menos é mais’”, sugere Pereira. Para ele, o currículo deve ser pautado pela formação de competências e habilidades a partir de situações contextualizadas, associadas a fundamentos científicos e atividades práticas, em lugar da atual abordagem preponderantemente teórica. Parte da estratégia para a adoção de um novo currículo está no

Deschamps: autonomia escolar e 30% dos alunos no ensino médio articulado ao ensino profissionalizante até 2020

modelo da escola em tempo integral e no reforço da educação técnica e profissional. A reforma sugerida também inclui mais autonomia para as escolas, principalmente no que se refere a recursos para manutenção e infraestrutura. Segundo o secretário Deschamps, o governo irá implantar esta proposta em um novo sistema de gerenciamento de recursos nas escolas estaduais. O “decreto da autonomia escolar” é uma das iniciativas do Pacto pela Educação, pacote do governo estadual que prevê R\$ 500 milhões para revitalização de 150 escolas, construção de 30 unidades escolares e quadras poliesportivas, além de aparelhamento e segurança. Com recursos do Ministério da Educação (MEC) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o pacto inclui ainda programas de aprimoramento pedagógico, revitalização da carreira de professor e mudanças estratégicas na gestão da rede estadual. “Os salários já tiveram reajustes entre 8% e 15% este ano e estamos trabalhando para ampliar os ganhos de todos os professores”, destaca Deschamps.

Para o secretário, a questão salarial é apenas uma parte da solução, juntamente com critérios



Problema? A sociedade desconhece

Desempenho real do ensino e nota atribuída às escolas básicas pelos pais de alunos

Ensino Fundamental 1º ao 5º ano
5,0

Ensino Fundamental 6º ao 9º ano
4,1

Ensino Médio
3,7

Nota atribuída pelos pais
8,6

Fontes: IDEB 2011 e INEP

mais precisos de avaliação docente e programas de formação continuada.

“Muita gente acredita que os resultados de uma avaliação de desempenho seriam utilizados como um método de punição, mas não é nada disso. É ter esse resultado para poder justamente reforçar a formação do professor”, diz. Ele ressalta que é preciso preparar os docentes para um novo tipo de aluno, que está familiarizado com a tecnologia, não tem paciência para longas aulas expositivas e quer ver um objetivo claro para o que aprende. A intenção do governo é chegar a 2020 com 30% dos alunos do ensino médio cursando a modalidade articulada com educação profissionalizante, bem além da atual média

brasileira de 6,6%. Para isso serão destinados

R\$ 49 milhões à construção de oito novos Centros de

Educação Profissional (CEDUPs), que irão se juntar

a outras 16 unidades já existentes. Nessa frente, o governo tem parcerias com o SESI e o SENAI, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado pelo Governo Federal em 2011. O Sistema FIESC é um dos principais parceiros do programa em Santa Catarina, e no ano passado abriu 20 mil vagas para cursos gratuitos de nível técnico e de qualificação em 35 cidades. Neste ano, a meta é oferecer cerca de 43 mil vagas pelo Pronatec, por meio de parcerias com o Sistema FIESC.

Diante da constatação de que ainda há muito a fazer pela educação, as soluções apontadas pela indústria, pelos especialistas e pelo poder público parecem convergir em diversos pontos. O diálogo com a sociedade tem se tornado mais aberto e focado nas reais necessidades dos alunos, além de buscar atender as demandas do Estado e do mercado de trabalho. “Já passou da hora de fazermos o dever de casa para usufruir de um novo ciclo de crescimento sustentável. É preciso repensar o modelo educacional do país para alinhá-lo a um verdadeiro projeto de desenvolvimento cujo resultado não será apenas econômico, mas também social, com o aumento da renda da população”, resume o presidente do Sistema FIESC, Glauco José Côrte.

A prova dos nove

RESULTADOS OBTIDOS POR EMPRESAS QUE INVESTEM NA QUALIFICAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DEMONSTRAM O PODER DO CONHECIMENTO NO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Em 2005, Elga da Silveira chegava a Blumenau com a família em busca de trabalho na indústria têxtil. Natural de Cruz Alta (RS), trazia a experiência como costureira de um hospital, onde reparava lençóis e uniformes. Mas carregava também uma lacuna importante em sua formação educacional: tinha abandonado a escola há mais de 20 anos, depois de concluir o ensino fundamental. “Sempre gostei de estudar, mas depois que casei e tive um filho ficou difícil dar continuidade”, explica Elga. Após passar por dois empregos, a oportunidade para retomar os estudos veio em 2010, quando conseguiu uma vaga na Hering como costureira de restauração. Ao conhecer os programas educacionais que a companhia oferece, não perdeu tempo: matriculou-se no curso de educação para jovens e adultos realizado em parceria com o SESI/SC. Durante um ano e oito meses não faltou a uma aula sequer, concluindo o ensino médio em 2012. “Foi a realização de um sonho”, comemora.



EDSON JOSINI/GE

Hoje, aos 48 anos, Elga está entre os mais de 400 colaboradores que passaram pelo programa desde 2009. A Hering costuma exigir ensino médio completo para admitir trabalhadores na área produtiva, mas diante da forte competição por profissionais, a solução tem sido oferecer educação na própria empresa. “As organizações têm papel muito importante na complementação da educação formal, já que as escolas não evoluem com a mesma velocidade do mercado de trabalho”, diz Alessandra Morrison, diretora de Gestão de Pessoas e Organização da Hering. “Assim garantimos mais qualidade e produtividade para a empresa e disseminamos uma cultura de evolução profissional e pessoal por meio da capacitação”, diz. No ca-

so da costureira Elga, que agora faz um curso de informática, a motivação acabou compartilhada com a família. Seu marido, também da Hering, abandonou um segundo emprego para concluir o ensino fundamental na empresa e o filho faz um curso de aprendizagem em eletricidade no SENAI, juntamente com outros 29 filhos de funcionários da companhia.

Da mesma forma que a Hering, centenas de empresas no Estado estão empenhadas em qualificar a força de trabalho. Seja em parceria com o Sistema FIESC ou por meio de programas desenvolvidos internamente, as iniciativas abrangem da formação de menores aprendizes e estagiários até

Elga: sonho de retornar aos estudos e concluir o ensino médio realizado com apoio da Hering e do SESI/SC

o desenvolvimento de lideranças e educação executiva. Muitas indústrias investem em ca-

pacitação e treinamento desde a fundação, mas as ações ganharam fôlego extra após o lançamento pela FIESC do movimento *A Indústria pela Educação*, em setembro do ano passado. “Depois da discussão levantada pelo movimento, ficou muito claro que tínhamos a necessidade de organizar sob uma mesma estrutura as diversas iniciativas que já promovíamos, mas que estavam organizadas de maneira dispersa”, diz Sérgio Silva, gerente geral de Manufatura da Unidade Joinville da Whirlpool, fabricante de eletrodomésticos das marcas Brastemp, Consul e Kitchen Aid.



Capacitação 100%

Com a criação da Universidade Whirlpool, em março, a empresa encontrou uma forma de unificar os principais pilares de sua estratégia de formação e capacitação de pessoal. O projeto será desenvolvido internamente, em ambientes de aprendizado virtual e presencial, abrangendo formação de lideranças, disseminação de valores e cultura da empresa, visão estratégica e alinhamento de funcionários com as metas da companhia. A universidade resulta do programa Educação Corporativa, existente desde 2005, que teve a abrangência ampliada para contemplar desde operários horistas até os diretores em todas as unidades do Brasil. “Com isso, 100% do nosso público interno vai participar em algum momento do processo, que passa a ter uma coordenação central feita pela área de Recursos Humanos”, diz Silva.

Entre os programas incorporados à Universidade Whirlpool está o Super 100, lançado em 2012

para capacitar pessoas em posições de liderança técnica, que exigem conhecimentos aprofundados dos processos. Maurício Schulze, 28 anos, se capacitou como facilitador na área de pintura, onde já trabalhava há 10 anos como operador de produção. “Entre na empresa assim que fiz 18 anos e terminei o ensino médio”, lembra. “De lá para cá fiz vários treinamentos internos, cerca de cinco por ano. Quando entrei no Super 100 já conhecia boa parte do conteúdo e isso me ajudou bastante”. Entre os 199 participantes do programa no ano passado, Maurício foi classificado entre os 10 melhores. Como prêmio, ganhou um curso de qualificação em Robótica Básica no SENAI, totalmente custeado pela Whirlpool. “Vejo isso como uma tendência e me identifico bastante com a área. Ainda quero fazer pelo menos um curso técnico e se possível uma faculdade de automação”.

Estimular os trabalhadores com incentivos e premiações é estratégia também da Adami, de Ca-

çador, produtora de embalagens de papelão. A empresa concede bolsas com subsídios de até 70% para complementação da formação dos funcionários. Em 2012 foram 124 bolsas para ensinos fundamental, médio e técnico profissionalizante, além de 72 para ensino superior, cursos de especialização e de idiomas. Na Adami, todos que ingressam em cursos de graduação, pós-graduação ou MBA devem apresentar, até o término do curso, um projeto de melhoria que deverá ser aprovado pela empresa. “O objetivo é estimular a inovação entre os colaboradores e aplicar os conhecimentos adquiridos no aprimoramento dos processos internos”, diz Edson Luiz Grando, gerente de Recursos Humanos.

Os bolsistas ainda contam com um incentivo extra: uma premiação em dinheiro para os três melhores projetos. No ano passado, o engenheiro de manutenção elétrica Daniel Oliboni recebeu R\$ 1.500. Ele entrou na empresa em 2005, logo após concluir o curso técnico em eletrônica do SENAI. “Não tinha

Como fazer

Algumas sugestões do movimento A Indústria pela Educação para realização de ações educativas em empresas

ACESSO

- ➔ Estabelecer um sistema de seleção dos participantes.
- ➔ Liberar o trabalhador-aluno de horas de trabalho para que frequente os cursos.
- ➔ Oferecer meio de transporte para os bairros após o horário dos cursos.

RECONHECIMENTO

- ➔ Reconhecer o esforço do trabalhador-aluno pelos meios de comunicação da empresa.
- ➔ Reconhecer o desempenho dos melhores alunos com premiações em dinheiro ou bens relacionados ao conhecimento, como computadores.
- ➔ Integrar aos planos de cargos e salários promoções relacionadas ao aumento de escolaridade/qualificação.
- ➔ Priorizar a permanência no quadro funcional de trabalhadores-alunos.

INFRAESTRUTURA

- ➔ Manter instalações adequadas e com acesso à internet para as ações educativas.
- ➔ Fornecer dispositivos móveis (tablets ou notebooks) para que os alunos possam acessar as aulas a distância a qualquer hora e lugar.
- ➔ Oferecer lanche.



EDSON JUNIUS

Desempenho em curso da Portobello rendeu ao inspetor de qualidade Gilmar viagem a feira do setor, em São Paulo



SENAI/NOSBES

ternacionais mais importantes do setor. Ele e um colega ganharam a viagem graças ao desempenho no curso de qualificação em cerâmica promovido pela empresa. “Nunca tinha ido a uma feira. Foi uma grande oportunidade de conhecer as inovações e tendências do mercado, além de um orgulho por ver ali o resultado do que ajudei a construir”, diz Gilmar, que entrou na empresa aos 18 anos como operador industrial.

Ferramentas eficientes

O curso que ele concluiu é um dos 23 cursos de qualificação oferecidos pela Portobello em conjunto com a unidade do SENAI em Tijucas, na Grande Florianópolis, onde

Marilene: programa de qualificação profissional transformou ajudante de produção em orientadora

muita certeza se faria um curso superior, mas quando soube do programa de bolsistas decidi investir”. Hoje, aos 28 anos, Daniel é formado em Engenharia de Controle e Automação pela Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp). Seu projeto demonstrou as possibilidades de economia de energia com a aplicação de inversores de frequência em compressores de ar. “Foi uma satisfação apresentar uma ideia que talvez traga um benefício concreto para a empresa”, diz o engenheiro.

Dentro de uma cultura corporativa que valoriza a busca pelo aprimoramento, o reconhecimento pode vir de diversas formas. Até mesmo uma viagem para participação em evento pode significar muito para quem trabalha na linha de produção. Há 14 anos na Portobello, indústria de revestimentos cerâmicos, o inspetor de qualidade Gilmar de Jesus Santos, 32 anos, foi em março à Expo Revestir, em São Paulo, uma das feiras in-

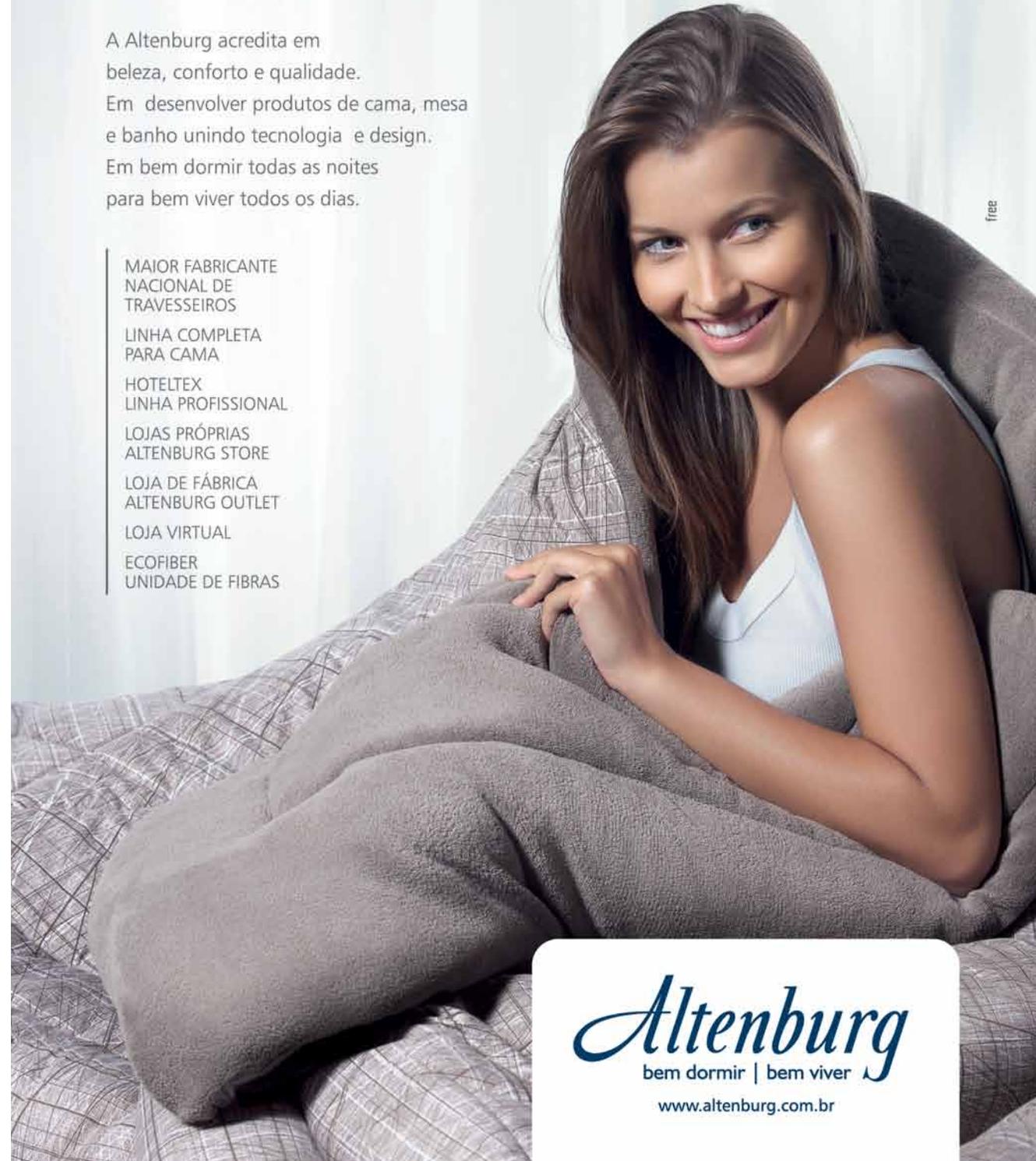
fica a empresa. São treinamentos para os trabalhadores da área operacional que abordam temas bem específicos do processo produtivo, como operação de máquinas, prensa, forno e esmaltação. Todos os meses cerca de 60 trabalhadores passam por algum programa de qualificação, cuja carga horária varia de 3 a 40 horas. Já o realizado por Gilmar, que engloba 400 horas de treinamento, foi customizado. “Analisamos o currículo de 1.600 horas do curso técnico em cerâmica e destacamos os conteúdos diretamente relacionados com nosso processo produtivo. Por ter um caráter estratégico, ele é exclusivo para funcionários da empresa”, diz Gladys Prado, coordenadora de RH da Portobello.

Por sua agilidade e especificidade, os cursos de qualificação são ferramentas de grande eficiência para elevar a produtividade dos trabalhadores de uma indústria. A Weg, em Jaraguá do Sul, mantém desde 2002 o programa de Qualificação Profissional →

A MARCA DO BEM DORMIR | BEM VIVER.

A Altenburg acredita em beleza, conforto e qualidade. Em desenvolver produtos de cama, mesa e banho unindo tecnologia e design. Em bem dormir todas as noites para bem viver todos os dias.

- MAIOR FABRICANTE NACIONAL DE TRAVESSEIROS
- LINHA COMPLETA PARA CAMA
- HOTELTEX LINHA PROFISSIONAL
- LOJAS PRÓPRIAS ALTENBURG STORE
- LOJA DE FÁBRICA ALTENBURG OUTLET
- LOJA VIRTUAL
- ECOFIBER UNIDADE DE FIBRAS



free

Altenburg
bem dormir | bem viver

www.altenburg.com.br

EDUCAÇÃO

para Operadores de Produção (QPOP), que abrange 36 cursos de 400 horas. “Entrei logo na primeira turma, depois de ter concluído o ensino médio com o apoio da empresa”, diz Marilene Kath Ramos, 47 anos, funcionária desde 1987. Depois de passar pela primeira fase do programa, ela fez o técnico em eletromecânica no SENAI. Dois anos depois, já como técnica, voltou para concluir a qualificação. “Minha vida na empresa mudou. Agora compreendo bem melhor os detalhes do meu trabalho”, diz Marilene. Há 26 anos na seção de bobinagem, ela começou como ajudante. Hoje orienta o trabalho dos colegas na linha de montagem manual.

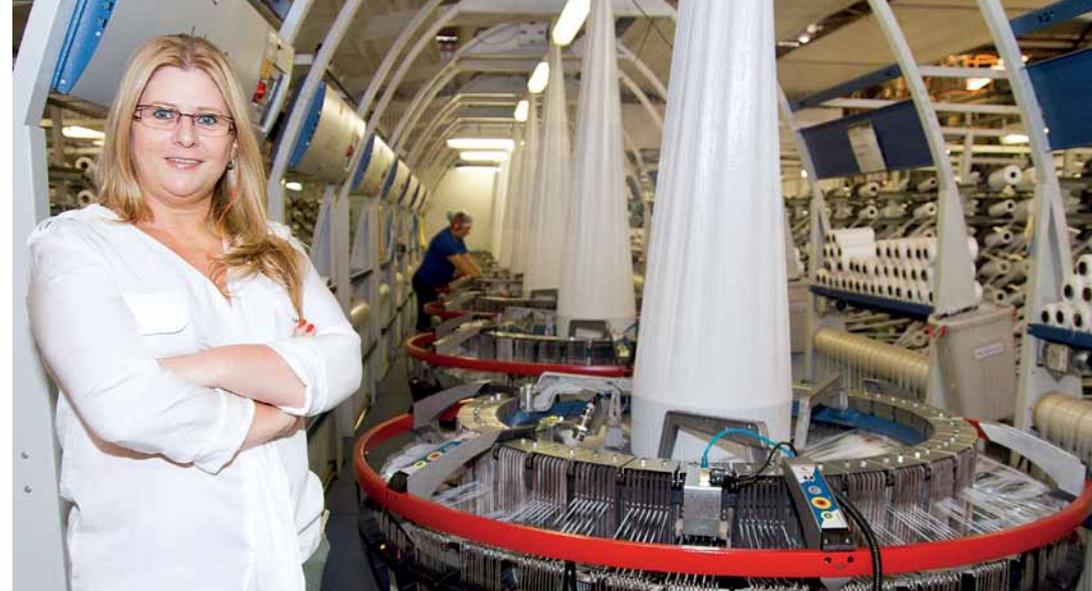
Visão estratégica

Sete dos 36 cursos de qualificação são abertos à comunidade, com os mesmos benefícios concedidos aos funcionários da Weg: vale transporte, alimentação, ajuda de custo e previdência privada. “Todos os estudantes recebem o salário-base da categoria para frequentar as aulas”, diz Hilton Faria, diretor de Recursos Humanos. Se os candidatos já estiverem no mercado

de trabalho, não é necessário deixar o emprego e o salário que recebem durante o curso serve como complemento de renda. Ao concluir a qualificação o aluno pode optar por continuar ou não na empresa. Além de qualificação profissional a Weg oferece cursos de educação de jovens e adultos extensivos à comunidade, em parceria com o SESI.

Investir na preparação de jovens é mais do que simplesmente uma ação social. Trata-se de uma visão estratégica para desenvolver talentos que podem contribuir com o negócio mais adiante. É o caso de André Luiz Jansen, 33 anos, assessor na área de suporte ao cliente da Dígito, empresa de tecnologia da informação de Florianópolis. Ele empregou-se lá aos 15 anos, como auxiliar de produção. Realizou treinamentos voltados à área de gestão e hoje atua como assessor da gerência de suporte ao cliente. Antes disso, em 2001, André começou a cursar Administração, mas trancou a matrícula por razões financeiras. A retomada veio em 2011, quando a Dígito desenvolveu seu programa de educação continuada, cobrindo 50% do valor de cur-

André: de auxiliar de produção a assessor da gerência, com retorno à graduação graças ao apoio da empresa



Sônia, da Rafitec, de Xaxim: troca de experiências em curso do IEL voltado a executivos

sos de graduação, pós e MBA. André deve se formar no final deste ano. A meta da empresa é abrir pelo menos 15 novas vagas para bolsistas em 2013.

Executivos na mira

Para recrutar recursos humanos a indústria conta com o apoio do Instituto Euvaldo Lodi (IEL), do Sistema FIESC, que faz a ponte entre empresas e instituições de ensino por meio do agenciamento de estágios. Maria Fernanda Benedet foi selecionada pelo IEL para estagiar no Instituto de Estudos Avançados (IEA), de Florianópolis, em 2010. A empresa atua no mercado de soluções para educação a distância e recebeu Maria Fernanda como estagiária da área de Recursos Humanos. Em 2012 ela foi contratada como funcionária e hoje é supervisora da área de estágio, dando continuidade à parceria com o IEL: em 2012 o IEA ganhou o prêmio Melhores Práticas de Estágio, promovido pelo IEL, na categoria Santa Catarina.

O IEL também oferece soluções para a qualificação de executivos. Uma das iniciativas é o Programa Internacional de Educação Executiva, promovido pela primeira vez em Santa Catarina no ano passado, reunindo 50 participantes em três dias de imersão. O programa contou com a parceria da Duke Corporate Education, umas das mais conceituadas escolas de negócios do mundo. Em 2013 a parce-

ria é com a HEC Paris e em 2014 será com outra escola internacional. A primeira edição abordou o

conceito de “Open Innovation”, um modelo que estimula as empresas a buscar novas ideias, acelerando a inovação interna e expandindo mercados para utilização externa da inovação. “O conteúdo foi construído a partir de interações com as indústrias. Verificamos as principais necessidades e adaptamos em uma capacitação exclusiva, jamais realizada em nenhum lugar do mundo”, destaca Natalino Uggioni, superintendente do IEL/SC.

Uma das participantes foi Sônia Hensel, 47 anos, gerente comercial da Rafitec, uma das maiores fornecedoras de sacaria em rafia para o mercado brasileiro, com sede em Xaxim. “Foi uma experiência muito interessante, principalmente pela qualidade dos professores da Duke. Eles mostraram uma projeção das inovações tecnológicas que estão por vir e como podemos absorvê-las nas empresas”, conta Sônia. Outro aspecto bastante proveitoso foi o convívio e troca de experiências com outros executivos e empresários. “Toda vez que você absorve uma informação nova ou aprende alguma coisa, algo em você muda e automaticamente muda também a sua visão dos processos pelos quais é responsável dentro da empresa”, pondera Sônia, já pensando em se inscrever para as próximas edições do programa.





Maiores escola de educação profissional do Estado, em 15 anos SENAI saltou de 2,5 mil para 20 mil matrículas em cursos técnicos



Difusor de conhecimento

POR MEIO DAS ATUAÇÕES DO SENAI, SESI E IEL, SISTEMA FIESC É O PRINCIPAL PROVEDOR DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS PARA A INDÚSTRIA CATARINENSE

Em Santa Catarina, toda indústria disposta a assumir o compromisso de reduzir o déficit educacional entre seus colaboradores encontra no Sistema FIESC as ferramentas necessárias para qualificar profissionais, desenvolver lideranças e capacitar novos talentos. Uma rede composta pelo Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL) garante o apoio estrutural e metodológico pa-

ra que as empresas possam investir na educação com a certeza de que o retorno virá na forma de trabalhadores mais produtivos, processos mais eficientes e produtos mais competitivos. Esta oferta de serviços está ganhando um reforço considerável com a aplicação de R\$ 330 milhões até 2014, como uma das metas do movimento *A Indústria pela Educação*.

Considerando as várias modalidades educacionais oferecidas pelas entidades do Sistema FIESC,

a meta é realizar mais de 800 mil matrículas entre 2012 e 2014 (veja o quadro na página 36). Além de cursos de educação profissional oferecidos pelo SENAI, de educação básica e continuada do SESI e dos programas de estágio e para a área executiva do IEL, também é promovida a formação integral de trabalhadores da indústria, por meio de cursos que aliam formação básica e profissional, num programa gratuito para alunos e empresas. Os cursos e programas são realizados regularmente nas sedes das entidades, mas também há serviços customizados e projetos *in company* voltados às necessidades específicas de uma organização. O movimento potencializa uma tendência de crescimento já existente dessa área de serviços do Sistema FIESC. O SENAI catarinense, por exemplo, maior escola de educação profissional do Estado, tinha 2,5 mil matrículas em cursos técnicos em 1998 e hoje são cerca de 20 mil. O ritmo de formação de aprendizes era de

Sala de aula do SESI/SC: programa de educação de jovens e adultos da instituição abrange oferta de educação inclusiva

500 por ano e hoje em dia são 17 mil. A expansão é realizada sem que haja descuido da qualidade do ensino, tanto que o índice de

empregabilidade dos ex-alunos chega a 88%.

“Os dois grandes motivos para o sucesso do SENAI são a excelência na gestão educacional e a atuação de acordo com as demandas do mercado”, diz Rafael Lucchesi, diretor de Educação e Tecnologia do Sistema Indústria, ressaltando que a educação profissional muda rapidamente, pois tem que acompanhar a evolução tecnológica que acontece na indústria. O SENAI atende jovens a partir de 14 anos com programas de aprendizagem industrial e iniciação profissional, e oferece cursos técnicos, de graduação e pós-graduação tecnológica, de qualificação e de aperfeiçoamento profissional. Além de formar trabalhadores, a entidade atua na prestação de serviços técnicos/tecnológicos e de consultoria para empresas. Por meio dos serviços, tem oferecido apoio ao desenvolvimento e à competitividade da

indústria. Exemplos disso são inovações desenvolvidas por alunos e professores em parceria com indústrias, que já geraram produtos alimentícios inéditos, como o presunto de tilápia e o patê de carne de rã, além de eletrônicos

como um software para monitorar treinamentos de musculação e uma sonda portátil para análise da qualidade da água em rios, lagos e represas.

O SENAI está implantando oito Institutos de Tecnologia e dois Institutos de Inovação no Esta-

Reforço escolar

Metas de matrículas no Sistema FIESC para o período 2012-2014

| | |
|---|----------------|
| Educação Básica | 73.252 |
| Educação Profissional | 390.617 |
| Educação Básica e Profissional Articulada | 12.332 |
| Educação Continuada | 315.500 |
| Educação Executiva | 2.189 |
| Programas de Estágio e Capacitações | 29.640 |
| Total | 823.530 |

Fonte: Movimento A Indústria pela Educação

do, o que reforçará o seu papel no aprimoramento tecnológico da indústria. Os institutos oferecerão educação profissional em todos os níveis, mas o foco principal será prestar serviços em áreas como metrologia, consultoria e assistência técnica e tecnológica. Planejados para se adaptar à matriz econômica de cada região, eles abrangem os setores de Alimentos (Chapecó), Ambiental (Blumenau), Design Têxtil (Blumenau), Metalmeccânica (Joinville), Materiais (Criciúma),

Eletrônica (Jaraguá do Sul), Automação e Tecnologia da Informação (Florianópolis) e Logística (Itajaí). O primeiro a funcionar será o de Itajaí, que deve ser concluído em setembro. Para os demais, a meta é estarem operando até o final de 2014.

Os Institutos de Tecnologia estão alicerçados em atividades industriais consolidadas e que precisam desenvolver tecnologia. Já os Institutos de Inovação vão partir praticamente do zero para criar novos mercados em Santa Catarina e no País, em áreas transversais que envolvem diversos tipos de indústria. Com potencial para atender setores como controle industrial, eletrônica de consumo, medicina e indústria automotiva, o Instituto SENAI de Inovação em Sistemas Embarcados deve ser

instalado no Sapiens Parque, em Florianópolis. Já o Instituto SENAI de Inovação em Laser, em São José, terá a missão de desenvolver uma tecnologia hoje estagnada no Brasil. Ambos têm como parceiros o Massachusetts Institute of Technology (MIT), dos Estados Unidos, e o Instituto Fraunhofer, da Alemanha.

Dupla função

Com a dupla função de educar para a cidadania e para a inserção produtiva, o SESI/SC é responsável pelos programas de educação continuada voltados à ampliação de competências pessoais e produtivas. “O benefício vai além do aumento da produtividade, agrega também conhecimento e crescimento pessoal e profissional”, avalia o superintendente do SESI/SC, Hermes Tomedi. Em 2012 houve cerca de 95,5 mil matrículas em mais de 90 cursos, que abordam temas como educação digital, conhecimento tecnológico, inovação e criatividade. Os conteúdos são contextualizados para se adequarem ao ambiente organizacional – atualmente há cerca de 300 indústrias parceiras. Na área de ensino básico, o SESI se destaca como a maior rede de educação de jovens e adultos a distância de Santa Catarina. A modalidade contempla ainda a educação inclusiva. Completando a rede de entidades ligadas à educação, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL/SC) coordena os programas de estágio e de educação executiva. Todo estágio é supervisionado por uma instituição de ensino e desenvolvido no ambiente de trabalho, para complementar a formação teórica do aluno com a prática profissional. Para a indústria, é uma forma de identificar e selecionar novos talentos. O IEL/SC atua também no outro extremo do organograma da empresa, oferecendo educação executiva customizada de curta, média e longa duração para gestores e líderes. ■

Empresário deve participar mais

Para Sérgio Arruda, diretor regional do SENAI/SC e integrante do Conselho Estadual de Educação, os industriais devem

assumir papel ativo na melhoria da qualidade do ensino e apoiar a formação profissional dos seus colaboradores.



É possível estabelecer uma relação entre escolaridade da força de trabalho e os índices de competitividade de uma indústria?

Nossa definição é muito clara. O caminho que vai trazer competitividade para a indústria catarinense passa pela educação, pela tecnologia e pela inovação. O detalhe é que a educação é o pressuposto básico para as outras duas coisas. Sem ela você não consegue inovar nem produzir ou operar tecnologia. No caso específico de uma empresa, a educação tem que ser objetiva e pragmática. É preciso usá-la como uma medida estratégica para criar as competências de que necessita, por meio da qualificação e da formação profissional.

Qual é o papel do Sistema FIESC nesse processo?

Com o movimento *A Indústria pela Educação* mobilizamos as três casas ligadas ao tema (SENAI, SESI e IEL) para uma atuação mais forte em termos de conscientização e para trazer

para dentro do sistema a responsabilidade de formar o trabalhador catarinense. Mas é preciso que os empresários encaminhem, ajudem e apoiem a formação de seus próprios colaboradores.

Como a indústria pode influenciar o poder público a adotar novas soluções para a educação?

É fundamental se inserir na comunidade. A indústria tem uma importância social e econômica muito grande, como empregadora e geradora de impostos. Por isso, pode influenciar as decisões políticas em âmbito local, estadual ou mesmo nacional, orientadas à melhoria da qualidade da educação de maneira geral. É importante que os empresários assumam esse papel, a exemplo de todos os setores da sociedade. É de extrema importância também que os pais de alunos, por exemplo, participem dessa mobilização em favor da educação e que participem mais diretamente no processo de ensino e aprendizagem dos seus filhos.



Badesc. Desde 1975 ajudando a movimentar a indústria catarinense.

O Badesc oferece linhas de crédito que combinam com o que a indústria catarinense precisa, para construir ou ampliar os negócios, para comprar máquinas e equipamentos ou até mesmo para compor o capital de giro de sua empresa. E tudo isso com condições especiais, taxas competitivas e muito mais vantagens. Quer uma parceria para continuar crescendo? Fale com o Badesc. Ouvidoria - 0800 6441212

BADESC

O novo motor da economia catarinense

COM MONTADORAS DE AUTOMÓVEIS DE LUXO, MOTORES, CAMINHÕES E TRATORES O ESTADO AMPLIA PARTICIPAÇÃO EM SETOR QUE GERA 21% DO PIB INDUSTRIAL E SE BENEFICIARÁ COM ADENSAMENTO DA CADEIA PRODUTIVA

Por **Eduardo Kormives**



DIVULGAÇÃO BMW

Mais de 50 candidatos por vaga. O índice digno de um vestibular de Medicina ou de um concurso da Petrobras é, na verdade, o de profissionais com currículos de primeira linha, experiência de mercado e inglês afiado que disputavam, em abril, 38 posições gerenciais para a primeira fábrica da BMW na América Latina, a pioneira em carros de luxo do Brasil. Tamanho interesse de gente qualificada por uma vaga em Araquari, cidade de 25 mil habitantes da região Norte do Estado conhecida como a capital do maracujá, é um indicador do potencial da indústria automotiva para se tornar o novo motor econômico de Santa Catarina. Montadoras de veículos como a BMW fazem produtos de alto valor agregado, são criadoras e difusoras de inovações e atraem novos investimentos para as regiões onde se instalam, pois tendem a criar aglomerados produtivos – não por acaso

vários fornecedores da

Montadoras no Estado

R\$ **1,23**
bilhão
em
investimentos

1,8
mil
empregos
diretos

9
mil
empregos
indiretos

empresa alemã já buscam locais para se instalar em Araquari. Além disso, como bem ilustra a disputa por vagas na cidade, o setor gera uma rara combinação entre volume de postos de trabalho qualificado e tecnologia de ponta, sendo por isso um conhecido indutor do desenvolvimento regional.

“A instalação de uma montadora expande a base de empregos de maior qualificação. Cada emprego resulta em pelo menos mais cinco ou seis indiretos”, diz Luiz Carlos Mello, diretor do Centro de Estudos Automotivos (CEA) e ex-

O hatch X1 deve ser um dos modelos produzidos na primeira fábrica da BMW na América Latina, pioneira em carros de luxo no Brasil



Sede: **Alemanha**

Projeto: **montadora**

Local: **Araquari**

Investimento: **R\$ 520 milhões**

Inauguração: **final de 2014**

Produção inicial: **32 mil unidades/ano**

Empregos: **1 mil**

-presidente da Ford do Brasil. A chegada da BMW, uma das montadoras mais sofisticadas do mundo, é o carro-chefe de um movimento que, para alguns, é comparável ao que significa o pré-sal para outras regiões do País, devido às oportunidades abertas com a exploração de novas reservas de petróleo. A empresa alemã está aplicando a maior fatia do total de R\$ 1,23 bilhão que insere Santa Catarina no mapa automotivo nacional. Essa inserção foi iniciada há um ano, quando a fabricante chinesa de caminhões Sinotruk decidiu se instalar em Lages. Em março de 2013, a GM do Brasil inaugurou uma unidade de motores e cabeçotes em Joinville, e a coreana LS Mtron lançou a pedra fundamental de uma fábrica de tratores em Garuva, também no Norte catarinense. Os projetos vão gerar, inicialmente, 1,8 mil empregos diretos e 9 mil indiretos.

Fim da lacuna

A presença de montadoras de veículos fazia falta ao perfil econômico de Santa Catarina, um dos Estados mais industrializados do País. São elas, afinal, que regem a orquestra do setor que gera 21% do PIB industrial brasileiro, com faturamento anual de US\$ 120 bilhões e 1,5 milhão de empregos gerados. As montadoras têm negócios com 200 mil empresas fornecedoras de produtos e serviços, o que dá uma ideia da extensão de sua cadeia produtiva – cada veículo recebe mais de 4 mil componentes na linha de montagem. Pela

Além de motores e cabeçotes, produzidos desde março, a GM tem projeto “na gaveta” para fabricar transmissões, também em Joinville

alta complexidade do produto, é nas fábricas de automóveis que surgem inovações em processos mais tarde adotadas por outros segmentos. É devido a esse alcance que o governo tem incentivado continuamente o setor, com o objetivo de aquecer a economia. Isso somado à demanda da nova classe média por carros zero fez a indústria decolar: a produção nacional cresceu 109% entre 2002 e 2011. Com 3,6 milhões de automóveis vendidos em 2012, o Brasil é o quarto maior mercado mundial. No caso das máquinas agrícolas, o País é o terceiro. Atuando apenas

Sede: **EUA**
 Projeto: **fábrica de motores e cabeçotes**
 Local: **Joinville**
 Investimento: **R\$ 350 milhões**
 Produção atual: **70 mil motores e 150 mil cabeçotes**
 Empregos: **300**



James Yoo, da coreana LS Mtron: tratores “populares” com itens tecnológicos normalmente reservados aos modelos de grande porte

LS Mtron

Sede: **Coreia do Sul**
 Projeto: **fábrica de tratores**
 Local: **Garuva**
 Investimento: **R\$ 59,4 milhões**
 Inauguração: **final de 2014**
 Produção inicial: **600 unidades/ano**
 Empregos: **100**

na periferia dessa cadeia (veja os gráficos na página 45), Santa Catarina viu sua produção industrial crescer abaixo da média brasileira na última década.

Nos anos 90, quando houve uma série de investimentos em novos projetos no Brasil, Joinville foi cotada para receber fábricas da Mercedes-Benz, Volkswagen/Audi e GM, mas acabou ficando de fora do processo. A região antes preterida agora é vista como altamente promissora. Um estudo da consultoria McKinsey prevê que a região Norte do Estado será a área do País com população superior a 500 mil habitantes com a maior expansão econômica até 2025, algo em torno de 6% ao ano, ou o dobro de São Paulo e Rio de Janeiro. Não foi por acaso, portanto, que as montadoras enxergaram ali as condições ideais para seus empreendimentos, situação que vai muito além dos benefícios oferecidos pelo governo, que incluíram, no caso da BMW, o pagamento do terreno com os impostos gerados pela fábrica e uma linha de crédito de R\$ 200 milhões.

Apesar das particularidades de cada projeto e do óbvio interesse pelos incentivos, todos têm como denominador comum a necessidade de infraestr-

tura logística e de pessoal qualificado. No caso da infraestrutura, o que pesou foram os portos, pois as montadoras inicialmente importarão as peças. No caso da força de trabalho, o atrativo foram os indicadores de qualidade da educação formal da região, que estão entre os mais altos do País. A base educacional mais sólida facilita a formação de pessoal de acordo com as necessidades das fábricas. Além disso, a excelência da qualificação dos trabalhadores locais é fator já reconhecido no mercado internacional. “O Norte do Estado tem uma forte cultura de formação de pessoas”, atesta Fernando Ribeiro Teixeira, gerente geral da unidade de São Francisco do Sul da ArcelorMittal Vega, integrante do maior grupo produtor de aços do mundo. Na decisão da própria companhia em se instalar no Estado, há 10 anos, pesou decisivamente a oferta de pessoal qualificado.

Ainda assim é grande o desafio de suprir a de-

manda por força de trabalho em regiões de pleno emprego e que atraem novos empreendimentos. A BMW é apenas uma das sete multinacionais que estão se instalando em Araquari. Outros nomes menos conhecidos são a coreana Hyosung, que produz fios de elastano, e a Global Housing, fabricante de perfis e painéis de PVC para construção de casas. Juntas, elas vão gerar 5 mil empregos diretos em quatro anos, numa cidade que fechou 2012 com 7,8 mil postos de trabalho de carteira assinada – é evidente que a demanda deslocará trabalhadores de Joinville, que fica ao lado. Mesmo assim a BMW sentiu dificuldades no início do processo de seleção para funções de nível técnico. “A escassez de pessoas foi uma surpresa até para nós. Estamos trabalhando junto com o SENAI para o desenvolvimento de profissionais”, diz Gleide de Souza, gerente sênior de relações governamentais da BMW, que também tem acordo com o SESI catarinense para programas de saúde e segurança no trabalho.

Retenção de talentos

O SENAI de Joinville espera apenas neste ano um incremento de 23% nas matrículas. Até 2014 a cidade deve receber o Instituto de Metalmeccânica, que além de formar pessoal fornecerá soluções tecnológicas para o setor. “À medida que as empresas forem se desenvolvendo teremos condições de atendê-las”, diz Sérgio Arruda, diretor regional do SENAI/SC. A diversificação da indústria também pode ajudar a reter talentos catarinenses. Disciplinas, laboratórios e cursos de especializações voltados à indústria automotiva fatalmente serão criados nas universidades de Santa Catarina. Essa parceria funcionou excepcionalmente bem, por exemplo, entre a Embraco, fabricante de compressores para refrigeração, e a Universidade Federal (UFSC). A empresa de Joinville deu um incrível salto de inovação, deixando de comprar tecnologia no exterior para se tornar líder mundial e referência tecnológica em seu setor.



EDSON JUNES

As montadoras também abrem oportunidades para o setor de autopeças já instalado em Santa Catarina. Com cerca de 50 indústrias, ele é mais voltado ao mercado de reposição, mas conta com empresas já inseridas na cadeia automotiva global. Uma delas é a Fundação Tupy, de Joinville, fabricante de blocos de motores que fornece, no exterior, para Jaguar, Land Rover, BMW, Honda, Ford, GM, Peugeot e Volkswagen. A Zen, de Brusque, é outro exemplo. Investindo em tecnologia e design próprios, exporta metade da produção. Embora não produza ainda para a BMW, é fornecedora de grandes montadoras, como Ford norte-americana, GM do Brasil e Mercedes-Benz. A Schulz, de Joinville, fornece componentes de ferro fundido para caminhões e máquinas agrícolas, mas seu presidente, Ovandi Rosenstock, já cogita desenvolver produtos para o segmento de automóveis, de olho nos novos projetos.

O parque de autopeças catarinense pode fornecer peças pesadas de fundição, de usinagem de precisão para as peças mais importantes dos motores e de componentes de plásticos e elastômeros desenvolvidos sob encomenda, dentre outros. “Temos a

Teixeira, da ArcelorMittal Vega: grupo que fornece 34% do aço consumido no setor automotivo nacional investe em novo sistema no Estado

chance de dar um salto”, diz Hugo Ferreira, presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria Auto-

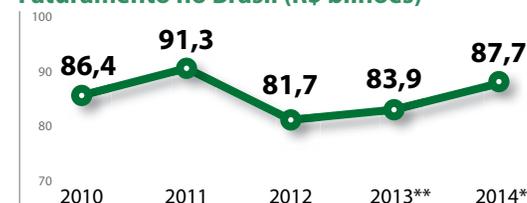
motiva da FIESC e diretor do sindicato da indústria de autopeças do Estado (Sindipecas), ressaltando, porém, que não será fácil. “Nosso principal concorrente é a Europa, ou por não termos a tecnologia aqui ou por eles serem mais competitivos. É um mercado cinco vezes maior que o do Brasil, o que gera economia de escala”, diz. Adiantando-se às oportunidades, a ArcelorMittal Vega investiu recentemente US\$ 10 milhões num novo sistema de pós-tratamento que permite aplicar fostatizantes nas chapas de aço galvanizado, o que facilita a estampagem de peças de automóveis. O grupo fornece 34% do aço consumido pela indústria automobilística no Brasil.

Repasse de inovação

O potencial de crescimento da indústria automotiva se mantém: a consultoria PwC Brasil projeta expansão de 60% na capacidade de produção do país até 2016. Até lá, a indústria deve se reinventar. O novo regime automotivo 2013-2017 dá descontos de IPI às montadoras com base em requisitos que deverão ser adotados, como a redução do consumo de combustíveis e de emissões. A essas metas o governo acrescentou um índice de nacionalização de 65%. Na prática, significa que a inovação terá de ser repassada aos fornecedores locais e chegar de fato às concessionárias brasileiras – os modelos nacionais ainda estão de duas a três gerações atrás dos norte-americanos e europeus. Novidades que serão incorporadas num futuro não muito distante incluem transmissões com maior número de marchas, freios que geram energia para reabastecer a bateria, sistemas de direção com assistência elétrica e rodas de alumínio, itens hoje restritos a modelos de luxo.

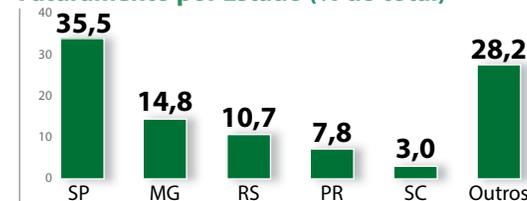
Raio X das autopeças

Faturamento no Brasil (R\$ bilhões)



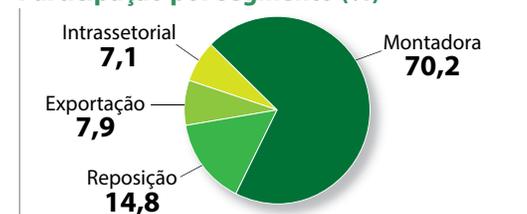
* Faturamento nominal com ICMS e sem IPI
** Projeção

Faturamento por Estado (% do total)



Obs.: fevereiro de 2013

Participação por segmento (%)



Obs.: projeção para 2013
Fonte: Sindipecas



Já fornecedora de blocos de motor no exterior, Tupy é uma das indústrias que deve se beneficiar com novo parque automotivo estadual

Os novos projetos catarinenses estão inseridos nesse contexto. A BMW decidiu começar montando 32 mil unidades anuais em 2015, quase o dobro dos 17,2 mil carros da marca vendidos no país em 2012. O faturamento pode chegar a R\$ 2 bilhões por ano. Especula-se que os modelos fabricados serão o utilitário esportivo X1, um sedã Série 3 e um hatch Série 1. "Será um BMW verde-amarelo voltado para o mercado brasileiro", limita-se a dizer o presidente da montadora no País, Arturo Piñero. No futuro, a unidade de Araquari poderá expandir a produção para até 100 mil unidades.

Projeto à espera

A fábrica de Joinville da GM, resultado de um investimento de R\$ 350 milhões, iniciou operação em dois turnos em abril e deve terminar 2013 com produção de 70 mil motores e 150 mil cabeçotes, destinada às linhas de montagem de Rosário, na Argentina, e de Gravataí (RS), de onde saem os modelos Onix e Prisma. A companhia também tem pronto (e engavetado) um projeto para instalar uma fábrica de transmissões na cidade, orçado em R\$ 700 milhões. As negociações foram concluídas com o governo

no ano passado, a terraplenagem, drenagem e fundação da obra foram preparadas, mas a estagnação do mercado europeu suspendeu até segunda ordem a construção.

A LS MTron conta com a boa imagem das montadoras coreanas no Brasil para reduzir a resistência aos tratores da marca LS Tractor. "Uma história de sucesso ajuda a criar marca", diz James Yoo, presidente da montadora no Brasil. Ele aposta numa linha de tratores de até 100 hp, o equivalente à faixa dos carros populares, que responde por 65% do mercado. Oferecerá sete modelos com itens de tecnologia normalmente reservados aos modelos de grande porte. A fábrica de Garuva começa a produzir em agosto, com meta de fabricar 600 unidades no primeiro ano e cinco mil em 2017. No caso da Sinotruk do Brasil, a dona da marca é a CNHTC, maior fabricante de caminhões pesados da China, que tem 25% das ações nas mãos da gigante alemã MAN. A subsidiária brasileira é resultado de uma *joint-venture* da montadora com 10 donos de revendas da marca no País. Na primeira fase, a ideia é importar 2 mil caminhões pesados até que a fábrica de Lages, a primeira fora da China, com capacidade inicial para montar 5 mil caminhões por ano, fique pronta, em 2014.

Já virou quase folclore a frase dita pelo secretário do Desenvolvimento Econômico Sustentável, Paulo Bornhausen, quando uma missão catarinense

Lages será sede da primeira fábrica da Sinotruk fora da China

foi bater à porta da BMW, em Munique: "Vimos aqui porque escolhemos a BMW para ser a montadora que vai se instalar em Santa Catarina." Mais do que uma abordagem bem humorada, há uma lógica nisso. Espera-se que a marca forte da montadora alemã funcione como um selo de qualidade capaz de atrair novos projetos. E nesse ramo, como se sabe, investimento atrai investimento, tanto que outras montadoras fazem sondagens para instalação de unidades no Estado. O motor está azeitado. Resta agora a Santa Catarina pisar fundo no acelerador. ■



DIVULGAÇÃO/FABRILANOS



| |
|--|
| Sede: China |
| Projeto: fábrica de caminhões |
| Local: Lages |
| Investimento: R\$ 300 milhões |
| Inauguração: segundo semestre de 2014 |
| Produção inicial: 5 mil unidades/ano |
| Empregos: 400 |

A economia tem que fluir

INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA, NOTADAMENTE A PORTUÁRIA, É CHAVE PARA ATRAÇÃO DE EMPRESAS À REGIÃO NORTE DO ESTADO

A infraestrutura logística do Norte catarinense foi determinante para a decisão de instalação de três das montadoras da nova safra, que escolheram Joinville (GM), Araquari (BMW) e Garuva (LS MTron), as duas últimas no entorno de Joinville, a maior cidade do Estado. A região é servida por duas rodovias federais (as BRs 101, duplicada, e a 280, iniciando processo de duplicação), conta com os aeroportos de Joinville e de Navegantes e é muito bem servida de portos: além de Itapoá e São Francisco do Sul, o porto de Itajaí, a 70 quilômetros de Joinville, também é opção para importação de peças e exportação de veículos.

"Os terminais catarinenses importam praticamente tudo, com exceção de carros. Hoje eles são trazidos do Rio de Janeiro e de São Paulo, em partes ou prontos, em contêineres", diz Patrício Júnior, diretor-superintendente do Porto de Itapoá. O acordo de benefícios fiscais entre governo do Estado e BMW fará

a montadora trazer seus modelos importados pelos portos de Santa Catarina. Isso consolidará a primeira linha regular de cargueiros roll-in/roll-off, especializados no transporte de veículos, o que dará à cadeia logística do Estado a chance de disputar um mercado de 200 mil unidades importadas por ano.

A nova safra de investimentos corrobora a importância da boa logística para o desenvolvimento. Depois da duplicação do trecho norte da BR-101, há 12 anos, a região atraiu diversos investimentos industriais, como as fábricas da ArcelorMittal (aços planos), Takata (autopeças), Marcegaglia (componentes para refrigeração), Mabel (alimentos) e Cebrace (vidros). Já a região Sul de Santa Catarina, que não tem até hoje seu trecho correspondente da BR-101 duplicado, perdeu o passo. Estudo do Sistema FIESC e da Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul) mostra que a região deixou de gerar R\$ 32,7 bilhões em riquezas devido ao atraso na duplicação, que deveria terminar em 2009. As conquistas atuais do Norte não garantem, entretanto, seu futuro. Os constantes e gigantescos engarrafamentos que acontecem no trecho norte da BR-101 apontam para a urgente necessidade da ampliação de sua capacidade de tráfego.

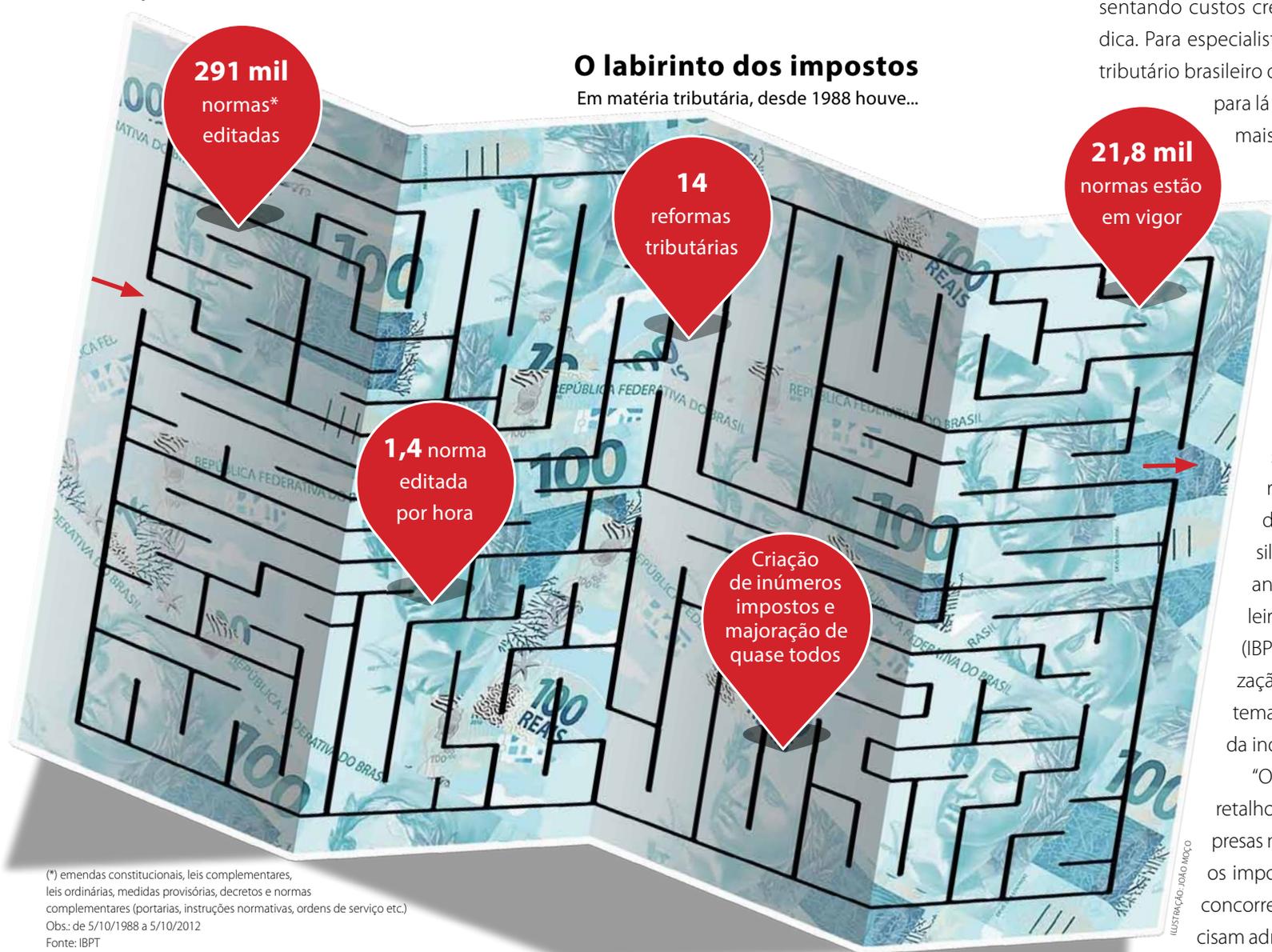
Hora de harmonizar os tributos

Por Simone Kafuni

USO DE ICMS PARA GUERRA FISCAL APROFUNDOU DESARRANJO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E AJUSTES PONTUAIS SÓ PIORAM A SITUAÇÃO. UNIFICAÇÃO DE ALÍQUOTAS PODERÁ PÔR ORDEM NA CASA

O labirinto dos impostos

Em matéria tributária, desde 1988 houve...



(*) emendas constitucionais, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, decretos e normas complementares (portarias, instruções normativas, ordens de serviço etc.)
Obs.: de 5/10/1988 a 5/10/2012
Fonte: IBPT

Há consenso de que a carga tributária do Brasil é elevadíssima, desproporcional ao estágio de desenvolvimento do País. Em 2012, a incrível soma de R\$ 50 mil por segundo foi carregada aos cofres públicos a título de pagamento de impostos, o que gerou arrecadação de R\$ 1,6 trilhão, o equivalente a 36,3% do PIB. Em outros países em desenvolvimento, como China e Índia, tributos consomem cerca de 20% do PIB. Mas, além do volume, a complexidade do sistema é fonte de problemas para as empresas, representando custos crescentes e insegurança jurídica. Para especialistas, aliás, qualificar o sistema tributário brasileiro de "sistema" é uma concessão

para lá de generosa com o cipoal de mais de 70 impostos, taxas e contribuições e as milhares de normas que os regulam. Desde a promulgação da Constituição de 1988, mais de 290 mil normas tributárias foram criadas, e mais de cem são editadas ou reformuladas todos os dias. Só para manter pessoal, sistemas e equipamentos para acompanhar modificações da legislação, as empresas brasileiras gastam R\$ 45 bilhões por ano, segundo o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). A simplificação, modernização e harmonização desse sistema é um item central da agenda da indústria.

"O que temos é uma colcha de retalhos, e o resultado é que as empresas não conseguem competir com os importados, não têm preços para concorrer no mercado externo e precisam administrar custos cada vez mais

elevados para produzir no País", diz Sérgio Alves, presidente da Câmara de Assuntos Tributários da FIESC. "Defendemos uma reforma tributária ampla e não decisões pontuais por meio de decretos que desorganizam a tributação". Alves se refere aos remendos tributários que, como os "puxadinhos" feitos em algumas casas, descaracterizam o projeto original. Isso acontece na cobrança do Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, o ICMS. O imposto estadual tem sido utilizado pelos governos para a concessão de incentivos fiscais, mas a prática indiscriminada gerou graves desequilíbrios sintetizados no conceito de guerra fiscal, situação em que Estados abrem mão de parte da cobrança para empresas que investem em seus territórios. A prática resultou em um complicado sistema regido por 27 leis e mais de 40 diferentes alíquotas. Pior: as regras são instáveis, alvos frequentes de decisões judiciais nem sempre cumpridas.

Guerra dos portos

Um dos capítulos da guerra fiscal é a chamada guerra dos portos, motivada pela crítica de outros Estados aos programas de incentivos de Santa Catarina e Espírito Santo para atração de importações por seus complexos portuários. Para acabar com ela o Senado aprovou, no ano passado, a Resolução 13, fixando a alíquota interestadual em 4% para produtos importados ou produzidos com matéria-prima importada. Mas a aplicação do remédio causou grave efeito colateral: incentivou a aquisição de produtos importados de outros Estados (operação com alíquota de 4%) em prejuízo da indústria local, submetida a uma carga de 12%. A medida afetou, em Santa Catarina, as pequenas e médias indústrias que vendem para comerciantes enquadrados no Simples. O governo estadual tentou atenuar o problema adotando uma diferença entre a alíquota de ICMS para as operações internas e a de operações interestaduais. Mas aí foi a vez do comércio recla-

mar, pois perderia a vantagem de comprar artigos mais em conta fora do Estado. O governo suspendeu a medida por 90 dias, para depois reavaliar a pertinência de seu retorno.

Não bastassem esses desajustes, a Resolução 13 ainda gerou outro monstro: a Ficha de Compensação de Importação (FCI). Trata-se de uma burocracia que fere o princípio do sigilo comercial, pois obriga o vendedor a revelar na nota fiscal o valor do produto importado e o custo de aquisição da matéria-prima. Essa obrigação acessória – que acompanha o tributo principal –, da mesma

é a harmonização, mas a boa intenção esbarra na dificuldade de consenso. Santa Catarina, por exemplo, defende a redução gradual das alíquotas nos próximos oito anos, da mesma forma que outros Estados do Sul e do Sudeste. Mas Paraná e São Paulo querem antecipar a unificação. Há ainda propostas de alíquotas diferenciadas para o Nordeste e a Zona Franca de Manaus, distorcendo o projeto original. Além disso, no novo cenário Santa Catarina perderá R\$ 2 bilhões por ano em arrecadação, estima o governo. Um fundo está sendo criado para compensar os Estados prejudicados.

Conta-gotas

“Isso nos preocupa porque se o fundo for orçamentário, há grande risco de o governo federal não cumprir”, diz Carlos Roberto Molim, diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina. Nesse caso, todos os anos o governo federal terá que incluir o valor no Orçamento da União – compensações são previstas nos próximos 20 anos. “Corre-se o risco de repetir o fracasso da Lei Kandir,

cujas compensações são liberadas ao bel-prazer do governo federal e chegam a conta-gotas, fazendo com que Estados de perfil exportador, como Santa Catarina, acumulem perdas bilionárias”, diz o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC).

A unificação de alíquotas, desde que feita com critério e justiça, é salutar para a indústria, pois tende a eliminar as distorções causadas pela guerra fiscal. Mas a reforma tributária deve ir além. “Temos que insistir para que ela não se resuma à unificação do ICMS. O governo federal tem que reduzir a carga de uma forma geral; PIS e Cofins oneram demais as empresas, e uma revisão integral se faz necessária”, diz o senador Paulo Bauer (PSDB-SC). A indústria assina embaixo. ■



Resolução 13 incentivou importações de outros Estados em detrimento da indústria local

forma que outras 100 obrigações já existentes, gera custos extras para as empresas. “Isso é parte do Custo Brasil, porque, assim como ocorre com os tributos principais, o custo com as obrigações também é crescente e o seu não cumprimento gera multas elevadas”, diz Cristiano Lisboa Yazbek, diretor jurídico do IBPT. Em atendimento a pedido da FIESC, uma decisão liminar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina suspendeu, no início de maio, a obrigação de se informar detalhes da composição de produtos importados.

O tão esperado fim da guerra fiscal entre os Estados pode vir pelas mãos do Senado, onde tramita a Resolução 01/13, para unificação das alíquotas de ICMS em 4% em todo o Brasil. O objetivo

Lista tríplice

ALESC TEM TRÊS PRIORIDADES PARA 2013: REFORMULAÇÃO DO CÓDIGO FLORESTAL, INCENTIVO AO CARVÃO MINERAL E COMBATE AO CRACK

O Código Ambiental catarinense, aprovado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) em 2009, tornou-se um marco no debate que ganhava corpo sobre a revisão do Código Florestal Federal. A lei estadual inovou ao atribuir ao Estado a decisão sobre aspectos do ordenamento territorial, como a definição e o uso de áreas de proteção permanente (APPs) em diferentes situações. Nesse sentido, Santa Catarina valorizou, na prática, o conceito de pacto federativo na área ambiental, pois o arcabouço legal, criado com decisão participativa da FIESC, respeitou características específicas do Estado.

Agora, o código estadual precisa de reformulações para se adaptar ao novo código nacional, que entrou em vigor no ano passado. Esse ajuste

é importante para que as leis se harmonizem, permitindo a aplicação de ambos sem prejuízo para a valorização das especificidades regionais, defendida pelo Sistema FIESC. A questão das APPs e da reserva legal será abordada. Também será necessário simplificar o Cadastro Ambiental Rural, para que produtores possam regularizar suas áreas sem burocracia e com custos baixos. “Isso dará segurança jurídica aos proprietários”, diz Odelir Battistella, presidente da Câmara de Desenvolvimento da Indústria Florestal do Sistema FIESC. Outro assunto é o parcelamento do solo urbano, pois faltam regras claras para o ordenamento da expansão imobiliária. “Estamos promovendo debates em todo o Estado e devemos concluir os trabalhos até a metade do segundo semestre”, diz Joares Ponticelli (PP), presidente da Alesc.

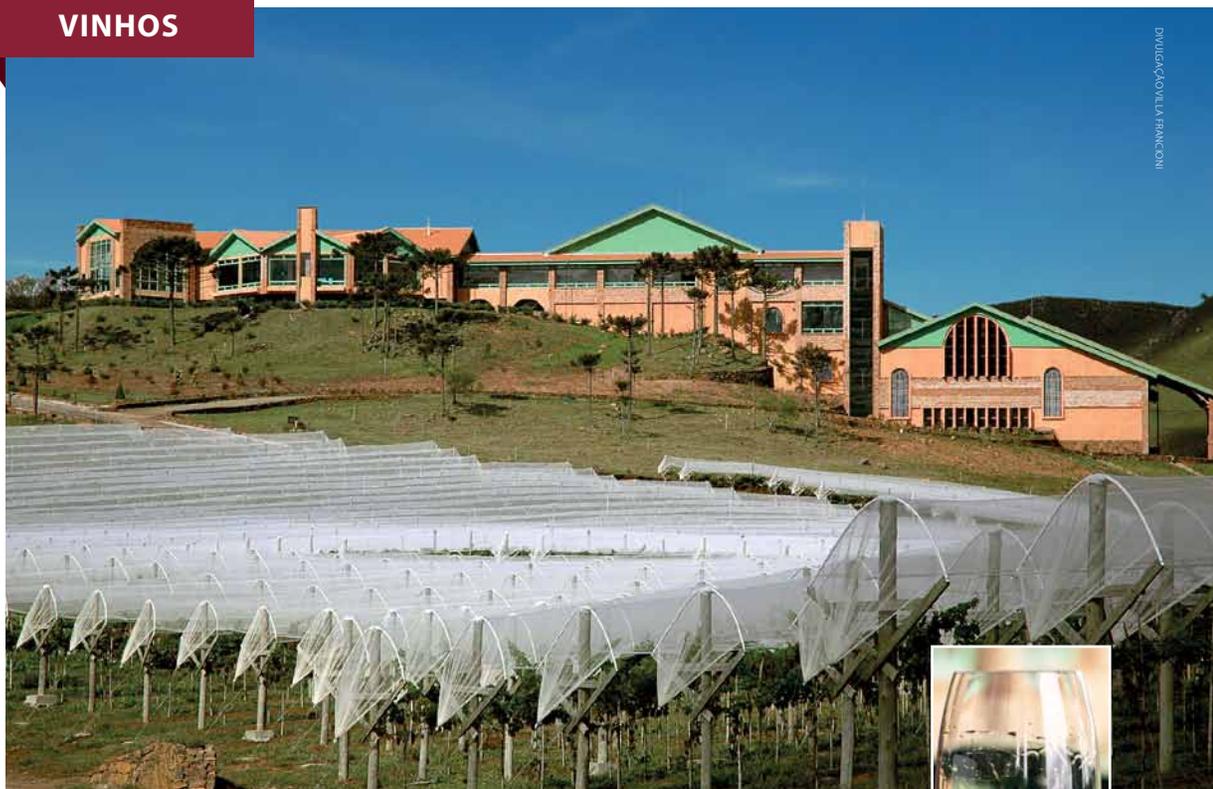
Melhor qualidade

A lei ambiental é um dos três projetos prioritários para a Alesc em 2013, segundo Ponticelli. Outra prioridade é a criação de uma política de incentivos para o setor de extração de carvão mineral de Santa Catarina, que tem custos de produção mais altos que no Rio Grande do Sul, maior produtor do País. O motivo é que o carvão catarinense se encontra no subsolo. A terceira prioridade de Ponticelli é o combate ao crack, com a criação de uma comissão para elaborar uma política estadual de enfrentamento, que deverá

ter recursos de R\$ 50 milhões para implantação de vagas para tratamento e ressocialização. ■

Ponticelli, presidente da Alesc: debates em todo o Estado para revisão do código ambiental





DIVULGAÇÃO VILLA FRANCONI



ACERVO HESC

Vista geral e mosaico da Villa Francioni: planejada em detalhes por Manoel Dilor de Freitas, fundador da Cecrisa

de Santa Catarina são frequentemente citados por especialistas como exemplos do que tem sido pro-

duzido de melhor no Brasil e passaram a conquistar diversos prêmios em eventos como a ExpoVínis, a principal feira do setor na América Latina, realizada anualmente em São Paulo. Na edição de 2013 da feira a vinícola Villaggio Grando, sediada em Caçador, teve seu espumante Rosé Brut 2012 indicado como o melhor espumante nacional. Já o vinho Basaltino, da Pericó, de São Joaquim, foi reconhecido como o melhor tinto na categoria Tinto Nacional de Outras Regiões.

O segredo da qualidade dos vinhos, feitos com uvas de castas europeias cultivadas a até 1.400 metros de altitude, está na combinação entre dias quase sempre ensolarados e noites com tempe-

raturas baixas – São Joaquim é a cidade mais fria do País, com média anual na casa dos 13 graus. “O frio retarda a maturação das uvas e dá mais tempo para que os frutos adquiram propriedades de sabor, aroma e cor”, explica o doutor em enologia Jean Pierre Rosier – que, à frente de uma equipe de pesquisadores da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), foi o principal responsável pelos estudos sobre a viabilidade da produção de bons vinhos na Serra e hoje presta consultoria a vários empreendimentos locais.

Alcançar o estágio atual não foi algo que se deu da noite para o dia. “Os investimentos acumulados chegam a R\$ 200 milhões”, diz o presidente da Associação Catarinense dos Produtores de Vinhos Finos de Altitude (Acavitis), Leônidas Ferraz. A entidade reúne 28 produtores de uva, dos quais 18 também fazem vinhos. A maior parte está sediada ali mesmo em São Joaquim, mas há também afiliados nas regiões de Caçador e Campos Novos. Juntos, os associados produzem por ano 1,3 milhão de toneladas de uva em 300 hectares, resultando em 800 mil garrafas de 180 rótulos, faturamento de R\$ 30 milhões e empregos diretos para 350 pessoas, além do exército de temporários contratados para os três meses de colheita, entre março e maio.

Uma das inspirações para o desenvolvimento

de vinhos de excelência na Serra é a história do empresário Manoel Dilor de Freitas, fundador da Villa Francioni. O empreendimento, que mais se parece com uma galeria de arte, tamanha a beleza dos móveis, vitrais e mosaicos, foi pla-

DIVULGAÇÃO VILLA FRANCONI



Daniela Freitas, presidente da Villa Francioni: vigilância permanente para manutenção da qualidade

O nascimento de uma cultura



PHOTOGRAPHIC

COMBINAÇÃO DE CONDIÇÕES NATURAIS, PESQUISA, TECNOLOGIA E PAIXÃO DE EMPRESÁRIOS EM BUSCA DE ÓTIMOS PRODUTOS TRANSFORMOU SANTA CATARINA, EM POUCO TEMPO, NUMA REFERÊNCIA VINÍCOLA PARA O BRASIL

POR **Maurício Oliveira**

“Bendita seja a mão que colhe a uva.” A frase, estampada num mosaico artístico em uma parede do salão principal da vinícola Villa Francioni, em São Joaquim, simboliza a crescente importância econômica que a indústria do vinho vem ganhando na Serra Catarinense. Desde o final dos anos 90, quando pesquisas indicaram que o clima e o solo da região seriam propícios à produção de vinhos de alto padrão, os empreendimentos do setor se multiplicaram – e a esperada qualidade se confirmou. Hoje, os vinhos de altitude

VINHOS

nejado em cada detalhe por Dilor, fundador da cerâmica Cecrisa, de Criciúma. Ao procurar o terreno ideal, no ano 2000, ele escolheu uma encosta que faz o processo de fabricação do vinho seguir o fluxo natural imposto pela força da gravidade – desde o recebimento das uvas no ponto mais alto até a cave, onde as garrafas são arma-

zenadas a cinco metros abaixo do solo e ao lado de uma grande rocha, o que contribui para a manutenção natural da temperatura em torno de 12 graus.

Dilor faleceu em agosto de 2004, a poucos meses de realizar o sonho de experimentar o primeiro vinho de fabricação própria. O projeto foi abraçado pelos herdeiros e, hoje, a Villa Francioni produz 150 mil garrafas por ano, resultado de composições com 10 variedades de uva – oito tintas e duas brancas – cultivadas em 50 hectares, divididos entre São Joaquim e o município vizinho de Bom Retiro. Os cuidados com o processo incluem colheita manual, transporte em caixas especiais, seleção rigorosa das uvas, vedação com cortiças importadas de Portugal e uso de barris de carvalho francês. “Temos como foco principal a vigilância permanente quanto à qualidade dos nossos produtos. Pretendemos incrementar gradualmente o portfólio, mas sempre em consonância com a filosofia de produzir vinhos elegantes e exclusivos”, diz Daniela Freitas, filha de Dilor.

Terroir perfeito

Outro industrial que foi seduzido pelos negócios do vinho é Wandér Weege, proprietário da Malwee Malhas, de Jaraguá do Sul. Em 2002 ele



Guilherme e Maurício, da Villaggio Grando: estudo das uvas iniciado em 1998 e prêmio de melhor espumante nacional obtido em 2013

comprou terras no Vale do Pericó, em São Joaquim, e fundou a Pericó Vinhos, orientado por especialistas europeus. O terreno foi cuidadosamente preparado – incluindo quatro viradas profundas de solo – para o plantio de castas francesas. “Começou como um hobby, mas hoje se tornou um business”, diz Weege. O objetivo inicial era produzir vinhos tintos, mas o maior conhecimento sobre o clima e a análise do índice de açúcar das uvas indicou que o *terroir* seria perfeito para espumantes. No inverno de 2009, a Pericó passou a fabricar o primeiro *icewine* brasileiro, feito com uvas supermaduras de Cabernet Sauvignon colhidas congeladas, ao final de uma madrugada em que a temperatura chegou a sete graus negativos. “É um vinho que harmoniza com queijos azuis ou de fungo branco, além de sobremesas à base de pera e frutas secas”, descreve Weege.

A história da Monte Agudo, vinícola de Leônidas Ferraz, o presidente da Acavitis, é outra boa síntese de como os negócios vêm se desenvolvendo na região. Médico pediatra, ele e a esposa Alida, bioquímica, ambos com carreira construída em Videira, a mais de 250 quilômetros de São Joaquim, compraram as terras há dez anos com o objetivo de iniciar um projeto para a aposentadoria. Passaram então a se dividir entre as respectivas ativida-

Segredo da qualidade dos vinhos está na combinação, típica da Serra Catarinense, de dias ensolarados e noites de temperaturas baixas. O frio retarda a maturação das uvas, que por isso têm mais tempo para adquirir sabor, aroma e cor

des profissionais e a materialização do sonho em São Joaquim. Plantaram seis hectares de mudas francesas das variedades Chardonnay, Cabernet Sauvignon e Merlot, e, nos finais de semana, quase sempre acompanhados pela filha Carolina, partem para a vinícola. Lá, entre uma série de atividades, organizam o piquenique sob os parreirais oferecido a visitantes previamente agendados.

A Quinta Santa Maria, de São Joaquim, fundada pelo português Nazário Santos, notabilizou-se pelo cultivo de uvas em degraus nas encostas da propriedade, lembrando as margens do Rio Douro, em Portugal, e assim como outras vinícolas é aberta a visitas. No almoço que oferece como programa aos turistas, às margens do Rio Lava-Tudo, um dos acompanhamentos para o carreteiro, prato principal, é o presunto “pata negra”, produzido de porcos alimentados principalmente com pinhões, fruto fartamente encontrado na Serra Catarinense.

“Conhecer o lugar onde se faz um determinado vinho certamente cria uma relação especial do

consumidor com o produto. Por isso as vinícolas da Serra Catarinense estão apostando cada vez mais no enoturismo”, diz Acari Amorim, um dos sócios da Quinta da Neve e diretor de marketing da Acavitis. Fundada em 1999, logo que surgiram os primeiros indícios de que a Serra Catarinense seria pródiga em bons vinhos, a Quinta da Neve apostou inicialmente na uva Pinot Noir, considerada uma das mais difíceis de serem cultivadas. Deu tão certo que os especialistas são praticamente unânimes ao afirmar que a safra 2005 é a melhor desse tipo já produzida no País. Aos poucos, a vinícola ampliou o cultivo para 15 outras variedades.

Boa administração

O esforço pelo aprimoramento se repete em vários empreendimentos. A Villaggio Grando, criada por Maurício Carlos Grando, cujos vinhedos se localizam no município de Água Doce, foi uma

das pioneiras da nova fase da viticultura catarinense. As primeiras mudas trazidas da França foram plantadas em 1998, dando início a um laboratório de pesquisas para adaptação de castas, responsável pelo desenvolvimento e adaptação de uvas de alta



O industrial Weege, da Malwee, fundador da Vinícola Pericó: começou como hobby, virou business

VINHOS



FOTOS: ESPINHO



Uvas Goethe, cultivadas no Sul do Estado: produção em escala comercial é única no mundo

Tradição centenária

O VINHO DE MESA CHEGOU PELAS MÃOS DE IMIGRANTES DE ORIGEM ITALIANA. OS DESCENDENTES QUE SEGUEM NO RAMO FAZEM DE SANTA CATARINA O VICE-LÍDER NACIONAL EM VOLUME DE PRODUÇÃO

Nem só de vinhos finos, que chegam a custar R\$ 200 a garrafa, vive a vitivinicultura catarinense. O Estado tem longa tradição nos chamados vinhos de mesa, produzidos a partir de uvas americanas. Considerados menos sofisticados, são normalmente vendidos a menos de R\$ 15. "São produtos que alcançam uma parcela bem maior da população e oferecem uma boa relação custo-benefício para esse público. Além do mais, têm o mérito de contribuir para popularizar o consumo de vinho no País", diz Celso Panceri, proprietário da vinícola Panceri e presidente do Sindicato das Indústrias do Vinho de Santa Catarina (Sindivinho). Verdadeiro elo a unir o passado ao futuro, Panceri pertence a uma família de origem italiana em que o cultivo de uvas vem de muitas gerações. Seu pai, Nilo, filho de lombardos, começou no setor ainda na década de 1950, assim que chegou a Tangará, onde é sediada a vinícola. Embora tenha lançado rótulos de vinhos finos que estão em patamar semelhante aos de São Joaquim, Panceri mantém metade da produção anual de 150 mil garrafas voltada aos vinhos mais simples.

A importância dos vinhos de mesa para a eco-



nomia catarinense, segundo maior produtor do País – o Rio Grande do Sul é o primeiro –, fica clara pelos números. Ao mesmo tempo em que 500 hectares são ocupados por uvas finas (dos quais 300 na Serra), com destaque para Cabernet Sauvignon, Merlot, Chardonnay e Sauvignon Blanc, as uvas americanas, tais como Bordô, Niágara, Isabel e Goethe, estendem-se por 4.300 hectares, com maior concentração no Vale do Rio do Peixe, e resultam na produção anual de 18 milhões de litros. Cerca de 3.500 famílias vivem da atividade no Estado.

Diversificada e surpreendente, a indústria do vinho em Santa Catarina tem histórias encantadoras, como a da uva Goethe em Urussanga. A região é a única do mundo a produzir em escala comercial a variedade, criada há mais de 150 anos. No final do século 19, quando os italianos que colonizaram o sul catarinense buscavam uma uva que se adaptasse ao clima local, a branca Goethe deu os melhores resultados. Mas a tradição esteve próxima de ser extinta, até ser retomada por um movimento que resultou na criação da Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe, a ProGoethe. "Nossa prioridade é trabalhar pela padronização da qualidade dos produtos", diz o presidente da associação, Renato Damian. O mais importante passo nessa direção foi a recente implantação do selo de Indicação de Procedência, concedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) para certificar a origem e a autenticidade dos vinhos dos Vales da Uva Goethe.

qualidade, como atesta a premiação recebida na última edição da ExpoVinis. Hoje tendo à frente Guilherme, filho de Maurício, a empresa tem vinhedo de 42 hectares para produção de 240 mil litros de tintos, brancos, rosés e espumantes, e investe agora no desenvolvimento de um brandy (destilado de uvas).

A Villaggio Bassetti, de São Joaquim, acaba de investir R\$ 1 milhão na compra de um equipamento italiano que engarrafa e rotula os 25 mil litros produzidos anualmente a partir de cinco variedades de uva, cultivadas em 13 hectares. "Estamos seguindo um projeto detalhado de expansão, que prevê dobrar a área plantada. Sabemos que uma vinícola só começa a dar lucro depois de dez anos, e ainda assim se for bem administrada", diz o en-

genheiro químico José Eduardo Bassetti, que tem dois irmãos como sócios. A busca pela excelência gerencial – além da qualidade das uvas e da vinificação – é uma das características dos empreendimentos da nova geração. Um exemplo disso é a Vinícola Kranz, de Treze Tílias, uma das vencedoras do Prêmio Nacional de Inovação 2013, da Confederação Nacional da Indústria, graças ao desenvolvimento de um modelo de gestão baseado na busca por melhores tecnologias para a produção de vinhos, incluindo equipamentos, processos e recursos humanos.

Ampliação gradual

O mercado dos vinhos finos tem se mostrado tão promissor que até uma produtora de maçãs, a Sanjo, fundada há duas décadas por imigrantes japoneses, decidiu participar dele – com excelentes resultados, a exemplo da premiação do Maestrale Integrus Chardonnay, safra 2010, como o melhor vinho branco nacional na edição de 2012 da ExpoVinis. Desde 2006, quando colocou no mercado a primeira safra, a empresa foi ampliando gradualmente a produção. Em 2012, chegou a 80 mil garrafas. E os planos são arrojados – chegar a 400 mil garrafas em 2018. A carta deve ser ampliada este ano de nove para 12 rótulos e chegar a 15 no ano que vem. Entre os investimentos recentes está o desenvolvimento – em parceria com a indústria gaúcha Arbras – de uma engarrafadora que pode ser usada tanto para suco de maçã quanto para vinhos e espumantes – um projeto de R\$ 600 mil. "Não havia nada parecido no mercado nacional. Ou comprávamos a preço de ouro no exterior ou apostávamos no desenvolvimento de uma alternativa

por aqui mesmo", descreve o gerente da área de indústria da cooperativa, Olavo Gavioli. ■

Instalações da Sanjo, em São Joaquim: meta é multiplicar por cinco a produção de vinhos



FOTOS: ARABUJO/FES



Uma Empresa sem nhenhém

Por **Maurício Oliveira**

INSPIRADO PELA LIDERANÇA DE FRANK BOLLMANN, O ESTILO DE GESTÃO DA TUPER É CLARO E DIRETO: "ARREGACE AS MANGAS E TRABALHE". A METALÚRGICA DE SÃO BENTO DO SUL DOBROU DE TAMANHO EM QUATRO ANOS.

Os avisos expostos nas salas de reuniões da Tuper, a quinta maior transformadora de aço do País, são uma boa síntese do estilo prático da companhia: os encontros devem cumprir à risca os horários previstos para o início e o fim, seguir uma pauta pré-estabelecida e ter alguém responsável por registrar e compartilhar um documento com as conclusões e os encaminhamentos. "Quer fazer um negócio não ir bem? É só marcar um monte de reunião e ficar de nhenhém", diz o CEO Frank Bollmann, 64 anos. "Todo mundo aqui dentro conhece muito bem as diretrizes gerais. Então é só arregaçar as mangas e correr atrás", explica. A estratégia tem dado resul-

tado: ao longo da última década o faturamento da empresa de São Bento do Sul registrou crescimento anual médio acima de 20%, com projeção de ultrapassar R\$ 1,5 bilhão neste ano.

Bollmann construiu uma típica liderança pelo exemplo. Está na empresa desde o início, há 41 anos. A Metalúrgica Sicap, fabricante de escapamentos para reposição, era uma sociedade de dois de seus cunhados com dois outros amigos. Bollmann cursava Engenharia Mecânica na Udesc de Joinville e aproveitava as tarefas da faculdade para desenvolver projetos para a empresa, virando noites na oficina. O primeiro maquinário que ajudou a desenvolver foi para produzir o escapamento do jipe Willys. Depois vieram muitos outros, com o futuro CEO sempre colocando a mão na massa. "Não tenho um dedo das mãos que não tenha suturas", conta ele, esticando as mãos para comprovar o que diz e dando ênfase a uma cicatriz resultante de 14 pontos. "Naquele tempo a gente ia lá, costurava os dedos, colocava uma tipoia e voltava ao batente. Nunca faltei um dia de trabalho por esse motivo ou por doença. "Tanta dedicação foi reconhecida com o convite para se tornar sócio, em 1973.

A empresa mantém a tradição de desenvolver o próprio ferramental e maquinário, porém agregando o que há de mais avançado em tecnologia. Exemplo disso é a unidade com 12 robôs que solda os escapamentos de uma linha de caminhões da Mercedes-Benz, resultado de cinco anos de pesquisas e investimentos. "Graças aos robôs, cinco funcionários dão conta de um trabalho que precisaria ser feito por 100", descre-



Bollmann: de motivo de chacota da concorrência a quinta maior transformadora de aço do País



Fundação **1971**

Sede **São Bento do Sul**

Unidades fabris **8**

Faturamento **R\$ 1,26 bilhão***

Aço processado **338,2 mil toneladas***

Funcionários **2,5 mil**

* Dados de 2012

PERFIL

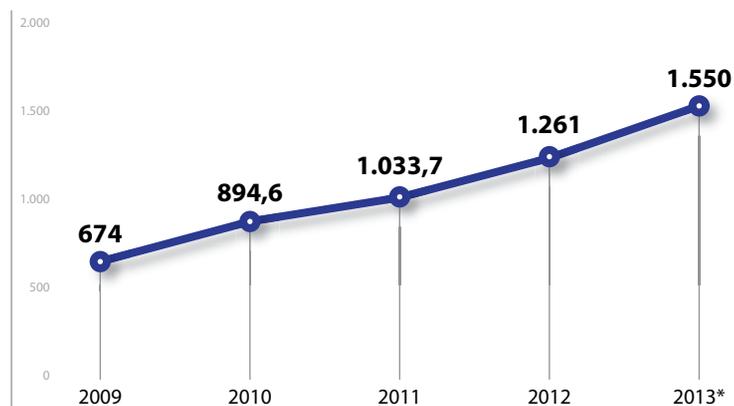
ve Bollmann. “Mas o importante não é isso: é que a tecnologia, nesse caso, permite um nível de precisão que jamais seria alcançado pelo homem.”

O mesmo princípio do “fazer em casa” se aplica aos colaboradores. No ano passado foi criada a Academia do Conhecimento Tuper, para reforçar a formação adaptada às necessidades da empresa. Hoje em dia só são admitidos funcionários com pelo menos nível secundário completo. Dos 2.500 colaboradores, 45% têm formação superior. Desse, 90% receberam algum tipo de ajuda financeira da empresa para estudar – o programa de bolsas financia até 50% de cursos de graduação e pós. A relação de confiança com os funcionários motivou uma decisão rara: o cartão ponto foi abolido em todos os setores da empresa. As equipes são autogeridas e eventuais necessidades individuais de mudança de horário são negociadas diretamente com a liderança mais próxima. “Quem começa a fazer bobagem é naturalmente expurgado pelos próprios companheiros”, diz Bollmann. E não se trata de uma ação recente: o ponto foi abolido em 1996. “Um juiz do trabalho me disse na ocasião que eu era louco, mas decidi correr o risco. E desde então nunca tivemos um problema na Justiça por conta disso”, relata o CEO.

A mescla de crescimento constante com do-

Crescimento constante

Faturamento da Tuper, em R\$ milhões



* Previsão



Tuper atua em 30 segmentos e utiliza mais aço do que muitas grandes montadoras de automóveis

e escoras metálicas voltados à construção civil. Em cada novo nicho, todo o know-how acumulado

foi sempre um grande facilitador – o caso dos andaimes é um exemplo disso. “Somos *experts* em tubo, que é a base do produto. Também sabemos soldar e pintar. Se fôssemos começar do zero, seria muito mais complicado e caro. Mas bastaram oito meses de trabalho e R\$ 8 milhões em investimentos para chegar com força a esse novo nicho”, descreve Bollmann. O crescimento tem se dado, também, por aquisições – como a da Vanzin, em 2008, que era uma das principais concorrentes no mercado de escapamentos para reposição.

Hoje, a Tuper atua em mais de 30 segmentos. São oito unidades fabris – sete em São Bento do Sul e uma em Xanxerê, sede da antiga Vanzin –, além de 26 pontos de distribuição pelo País. A ampliação do portfólio sempre foi considerada estratégica, também, para que a Tuper tivesse maior poder de negociação na aquisição do aço. O volume comprado gira em torno de 35 mil toneladas por mês – maior até do que os das grandes montadoras de carros. Só de escapamentos, o negócio original, que continua a pleno vapor, são 1.300 modelos sendo produzidos, o que garante uma fatia de 40% do mercado nacional.

Bollmann ainda não pensa em se aposentar, mas prepara a empresa para esse inevitável momento. A Tuper já pratica governança corporativa – o Conselho Diretor é comandado por Vicente Donini, da Marisol. Dois filhos do CEO já trabalham na casa e são candidatos naturais à sucessão: Alexandre, 33 anos, que fez Administração e está estudando Direito, lidera uma unidade de plásticos. Gustavo, 31 anos, que está estudando Engenharia Mecânica, cuida da área de engenharia corporativa e qualidade. Tudo indica, portanto, que a Tuper e o sobrenome Bollmann terão ainda um longo relacionamento pela frente. ■

ses equilibradas de tradição e vanguarda faz com que a empresa seja considerada a melhor opção de trabalho em São Bento do Sul, e quem entra não quer sair – seu *turnover* é inferior a 1%. O sucesso da Tuper chegou a mudar o perfil econômico da cidade: a metalurgia tornou-se a sua principal atividade, compensando, ao menos em parte, os efeitos da crise enfrentada pelo tradicional setor moveleiro, que por uma série de fatores perdeu competitividade no mercado externo. “A Tuper tem grande importância econômica e social para São Bento do Sul, pelos empregos que gera e pelo compromisso com o seu desenvolvimento”, diz Arnaldo Huebl, vice-presidente da FIESC para o Planalto Norte. Esse compromisso é encarnado por Bollmann, que foi prefeito da cidade nos anos 1990. “Ele tem uma vida

social e comunitária muito ativa. Participa de diversas entidades, vai a reuniões com a população, age para melhorar as escolas e os hospitais. É um líder dentro e fora da empresa”, diz Huebl.

O primeiro grande salto da companhia se deu em 1981, quando, insatisfeita por não ser bem atendida pelos fabricantes de tubos, a matéria-prima dos

escapamentos, a Sicap decidiu fazê-los. “Fomos motivo de chacota quando anunciamos que íamos ter uma fábrica própria”, lembra Bollmann, que desenhou ele próprio a primeira máquina de tubos da nova empresa – batizada de Tuper, palavra surgida da junção das sílabas iniciais de “tubos” e “perfis”. Logo estaria não apenas suprimindo a Sicap, mas também vendendo para o mercado. A experiência mostrou o caminho que seria obstinadamente seguido desde então: encontrar novos nichos para assegurar o crescimento constante. Em 1989 foi lançada a unidade Telhas e Perfis, que hoje, chamada Sistemas Construtivos, disputa a liderança no mercado de sistemas para coberturas metálicas. Outro marco foi a entrada, em 2000, no segmento de sistemas de exaustão para a indústria automobilística, em sintonia com a demanda pelo controle da poluição causada pelos veículos fabricados no País.

Óleo e gás

No ano passado a empresa chegou ao mercado de óleo e gás, fabricando tubos para o transporte de óleo, minerais, gases e combustíveis. A nova fábrica, instalada em área de 34,5 mil metros quadrados, exigiu investimentos de R\$ 198 milhões. No começo de 2013 passou a produzir andaimes

As novas fronteiras da carne

COM A ABERTURA DOS MERCADOS DO JAPÃO, DOS ESTADOS UNIDOS E DA CHINA, O SUÍNO CATARINENSE TEM TUDO PARA CONQUISTAR OUTROS IMPORTANTES PAÍSES E AS EXPORTAÇÕES PODEM TRIPLICAR



Lanznaster, presidente da Aurora, com produtos destinados à China: Coreia do Sul e México também estão na mira



Em 1992 a Coopercentral Aurora inaugurou um frigorífico em Chapecó com investimento considerável para a época – US\$ 14 milhões – e um objetivo bem traçado: a industrialização de suínos para exportação. A unidade foi projetada para atender a exigências sanitárias e ambientais de países que ainda não compravam do Brasil, numa demonstração de confiança na conquista de novos mercados – naqueles tempos o País dava seus primeiros passos no exterior, com embarques anuais inferiores a 20 mil toneladas. O projeto cumpriu seus desígnios, ajudando o Brasil – com Santa Catarina à frente – a multiplicar as exportações por 30, chegando a 581 mil toneladas embarcadas e US\$ 1,5 bilhão de receita em 2012. Mas, apesar do salto, o potencial do negócio ainda está longe de ser plenamente realizado. O problema é que alguns dos maiores importadores mundiais, como Japão, Estados Unidos, China, Coreia do Sul e México, barravam o produto brasileiro em razão de restrições sanitárias, restando as ambições da indústria. A situação, entretanto, começou a mudar. Com o reconhecimento primeiro pela China, depois pelo Japão e pelos Estados Unidos, de que Santa Catarina é área livre de febre aftosa sem vacinação, uma nova etapa do processo de inserção internacional do suíno catarinense foi desencadeada.

“O status sanitário conquistado, resultado do trabalho conjunto dos setores público e privado, abriu as portas para os nossos produtos”, diz Ricardo Gouvêa, diretor executivo do Sindicato das Indústrias da Carne e Derivados de Santa Catarina (Sindicarne). A Aurora, que já fornece desde o ano passado para a China, prepara-se para uma

mudança de patamar, a exemplo do que fez há duas décadas com a abertura do frigorífico em Chapecó. Com investimentos de R\$ 61,5 milhões a empresa está reativando – e ampliando – sua unidade de Joaçaba, fechada em 2009, no auge na crise internacional, para triplicar a capacidade de abate e processamento de suínos destinados ao exterior a partir de 2014. Só aí serão gerados 3,3 mil empregos diretos e indiretos, quatro vezes mais postos de trabalho do que havia antes do fechamento. Sua nova unidade de disseminação de genes inaugurada no ano passado em Chapecó, para centralizar a produção de sêmen do

Mercados cobiçados

Importações de carne suína (em mil toneladas)



Obs.: em 2011. Fonte: USDA / Abipecs.

complexo agroindustrial, também dará suporte à nova etapa da internacionalização do suíno. Ainda que os novos mercados não representem grandes contratos logo de saída, a Aurora prevê um efeito em cadeia provocado pelos países que têm os mais elevados níveis de exigências.

“A partir de 2014 as vendas serão maiores, pois muitos países se espelham nos Estados Unidos e no Japão para definir seus fornecedores”, diz Mário Lanznaster, presidente da Aurora, que faturou R\$ 4,6 bilhões em 2012 exportando 15% da sua produção. A expectativa em todo o setor é que logo seja pavimentado o acesso ao México e à Coreia do Sul. Somente esses dois países, mais os citados →



Frigorífico da Aurora em Chapecó: desde 1992 o objetivo é exportar

por Llanzaster, importam três milhões de toneladas de carne suína, ou cinco vezes mais que o total das exportações brasileiras. Para se entender o tamanho da oportunidade que está em jogo, acrescente-se a esta conta o potencial da China, que produz – e consome – metade da carne suína do planeta, mas que para suprir o acelerado aumento de consumo tem que recorrer cada vez mais às importações.

Ambições

Considerando a abertura de mercados e o crescimento dos tradicionais, a Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína (Abipecs) estima que o País tem potencial para triplicar as exportações em alguns anos. Tal cenário privilegiaria amplamente Santa Catarina, que lidera as vendas externas nacionais com 36% do volume embarcado. Além da Aurora, unidades da BRF e da Seara no Estado receberam, no primeiro semestre, técnicos do Japão e dos Estados Unidos para inspeção de processos industriais. Só depois

é que se chega à fase de exportação, o que pode levar até um ano, mas a expectativa é que os embarques se iniciem ainda em 2013.

Alimentar altas ambições no mercado mundial de carne suína é natural em Santa Catarina, líder em produção e exportação do produto, detentora do maior rebanho nacional e berço dos principais frigoríficos do País. A cadeia produtiva trabalha com animais de alto desenvolvimento genético, que dão muita carne e pouca gordura, sendo criados por milhares de produtores rurais altamente especializados que têm contratos de parceria com as indústrias. Estas, por sua vez, desenvolveram centenas de cortes de carnes e outras adaptações para atender aos mais variados mercados. A estrutura portuária é a maior do País para exportação de frigoríficos, mas a logística interna é o calcanhar de Aquiles do setor (veja infográfico na página 67). O grande voo obtido pelo frango, produto do qual o Estado detém 21% do comércio mundial, é um cartão de visitas para o suíno. No caso do Japão, por exemplo, maior im-

Exportações de carne suína

Os líderes

| Estado | Mil toneladas |
|-------------------|---------------|
| Santa Catarina | 207,8 |
| Rio Grande do Sul | 174,2 |
| Goiás | 71,5 |
| Paraná | 54,5 |
| Minas Gerais | 41,5 |
| Total | 581,5 |

Principais destinos

| País | Mil toneladas | Participação (%) |
|-----------|---------------|------------------|
| Ucrânia | 138,7 | 23,8 |
| Rússia | 127,1 | 21,8 |
| Hong Kong | 124,7 | 21,4 |
| Angola | 45,5 | 7,8 |
| Cingapura | 28,2 | 4,8 |

Obs.: exportações brasileiras em 2012
Fonte: Abipecs

portador de aves e suínos do mundo, quase 90% do frango *in natura* é fornecido pelo Brasil, e as mesmas empresas que compram a ave deverão importar a carne suína.

Ainda que a tônica seja de otimismo, a prudência nesse ramo é desejável, pois há preocupação em não se estimular aumentos desmedidos da oferta de suínos, situação que derruba os preços ao produtor e já causou crises profundas na suinocultura. A abertura de mercados – aliada à expansão do mercado interno – é, sem dúvida, um dos melhores modos de contornar o problema, mas as conquistas nessa área são demoradas e nem sempre definitivas.

Desde 1996 o Estado é considerado livre de febre aftosa, doença que atinge suínos e bovinos. Em 2000 o status subiu para a categoria de livre da doença sem vacinação. Ou seja, não era mais necessário vacinar os rebanhos para controlar a aftosa, o que é considerada uma condição superior no mercado, mas o reconhecimento valia apenas para o Brasil. A Organização Mundial de Saúde Animal deu sua chancela em 2007 – sendo Santa Catarina

o único Estado brasileiro com o reconhecimento. Somente agora o Japão e os Estados Unidos incluíram o Estado em suas listas de fornecedores confiáveis, e por enquanto ele é o único credenciado a exportar para o Japão. No caso dos Estados Unidos, é o único que pode fornecer carne *in natura* – outros Estados poderão exportar carne cozida e processada. Mas, por outro lado, o país também impôs algumas restrições em função da proximidade geográfica do Estado a outros locais ainda afetados por doenças.

Bactéria

“A sanidade deve ser buscada nacionalmente e não apenas no Estado, pois isso cria barreiras, já que cada país importador tem exigências diferentes a serem atendidas”, diz Henry Quaresma, diretor de Relações Industriais da FIESC. Para ele, essa parcela do trabalho cabe ao governo federal, por meio da ampliação da estrutura sanitária e de fiscalização. “Isso está sendo feito, porém em velocidade inferior à necessária”. O resultado é que o País – e as empresas que apostam alto em novos mercados – fica exposto a situações como os embargos realizados pela Rússia e pela Ucrânia, os maiores importadores de carne suína do Brasil. Em março a Ucrânia suspendeu todas as compras por ter encontrado traços da bactéria *Listeria* em alguns produtos. Trata-se de uma bactéria comum, que morre quando a carne é cozida, e que na maioria dos países não motiva embargos. No xadrez do mercado internacional, entretanto, há fortes suspeitas de que alguns países apontam a presença ou a simples suspeita de doenças ou produtos proscritos para impor barreiras travestidas de sanitárias, mas que na verdade são comerciais. Já a certeza no setor é de que, se o jogo for limpo, o suíno catarinense faz bonito em qualquer lugar do mundo. ■

Com reportagem de Carla Pessotto

Como desatar um nó logístico

A INDÚSTRIA DE CARNES SOFRE – E PAGA CARO – PARA RECEBER SUAS MATÉRIAS-PRIMAS E ESCOAR A PRODUÇÃO. A SOLUÇÃO DO PROBLEMA PASSA PELA CONSTRUÇÃO DE FERROVIAS

1 Cada vez mais longe

A agroindústria catarinense precisa de milho e soja para alimentar suas aves e suínos, e também como insumos para a industrialização de alimentos. O Estado colhe esses grãos, mas, no caso do milho, em quantidade insuficiente. A produção equivale a menos da metade do consumo e, anualmente, quase quatro milhões de toneladas têm que ser trazidas de outras regiões, como Paraguai, Paraná, Mato Grosso do Sul e às vezes até de Mato Grosso. Isso tende a levar investimentos da agroindústria para outras regiões do País, como vem de fato acontecendo.

O rebanho catarinense

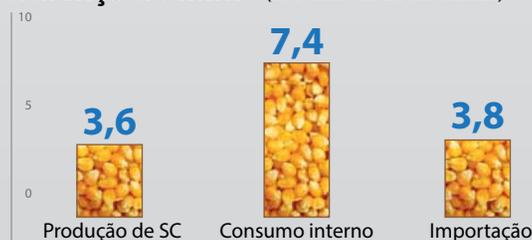
| | Milhões de cabeças | Participação no total nacional |
|---------|--------------------|--------------------------------|
| Suínos | 7,97 | 20,3% |
| Frangos | 158,3 | 15,1% |

Fonte: IBGE, 2011

O peso do grão

→ A nutrição representa **70%** do custo de produção de um frango.
 → O milho representa **70%** do custo de nutrição.

Balanço do milho (em milhões de toneladas)



Obs.: em 2010



2 Pela estrada custa caro

Em razão da falta de investimentos nas últimas décadas, especialmente em ferrovias, todo o milho que Santa Catarina importa chega pelo modal rodoviário. Até 2,5 mil quilômetros têm que ser vencidos por veículos com capacidade muito inferior à de um trem: uma carreta carrega 35 toneladas, contra até 100 toneladas de um único vagão. Estradas em situação precária, operando acima da capacidade, geram constantes congestionamentos. Nos períodos de safra não há caminhões disponíveis. Isso tudo encarece o produto e, por consequência, o preço final do alimento processado no Estado.

Carga pesada

R\$ 170
Custo do frete de uma tonelada de grãos entre Mato Grosso e Chapecó.



R\$ 18

Preço de uma saca de milho em **Mato Grosso**.



R\$ 28

Preço de uma saca de milho em **Chapecó**.

Obs.: no mês de março de 2013

3 escoamento travancado

O problema não se limita à entrada de matérias-primas. Tanto para a circulação de insumos, que movimentam mais de 600 mil caminhões por mês, quanto para o escoamento de 500 mil toneladas de produtos industriais para os portos e mercado interno a região de Chapecó depende quase que exclusivamente da BR-282, uma rodovia de pista simples.



76%

das cargas que circulam em SC utilizam o modal rodoviário.

A logística no Brasil

→ Compromete **13,1%** da receita bruta das empresas.
 → Corresponde a **12%** do PIB. Nos EUA representa apenas **8%**.

→ Se tivesse o padrão dos EUA, o Brasil economizaria **US\$83,2 bilhões/ano**.

4 A solução: ferrovias

Para resolver o problema é preciso construir duas ferrovias: um ramal integrando o Oeste catarinense às zonas produtoras de grãos e a Ferrovia da Integração, ligando o Oeste ao Porto de Itajaí. Esses eixos logísticos estão na pauta de reivindicações regionais há mais de 20 anos. A ligação com o oeste do Paraná e, por extensão, com o Centro-Oeste do País e o Paraguai virá com o trecho da Ferrovia Norte-Sul entre Panorama (SP) e o Porto de Rio Grande (RS), que passará por Chapecó. Ainda não há prazo para o início da obra. Já a Ferrovia da Integração poderá ser licitada em 2013, para que as obras comecem em 2014, segundo o governo federal.

32%



Redução estimada do frete do milho entre MS e SC com a utilização de ferrovias.

Aplicações de cada modal

| | |
|-------------|---|
| RODOVIÁRIO | É vantajoso em rotas de curta distância, para produtos acabados e semiacabados. |
| FERROVIÁRIO | Mais barato e lento que o rodoviário, aplica-se para matérias-primas e manufaturados de baixo valor em longas distâncias. |
| HIDROVIÁRIO | Para granéis como carvão, minério e grãos, exige outro modal complementar. |
| AEROVIÁRIO | Transporte de longa distância de itens de pouco volume e alto valor agregado. |

R\$ 500 bilhões

Valor necessário para suprir a falta de investimentos em infraestrutura no País.

R\$ 70 bilhões

Valor necessário para o Sul do País, considerando construção e recuperação de rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos.

Fontes: Sul Competitivo/Macrológica, FIESC, Aurora Alimentos, Fundação Dom Cabral, Associação Comercial e Industrial de Chapecó, CEEMA, EPL e UFRJ

Construindo o próprio futuro

HAMILTON FOI SERVENTE DE PEDREIRO, TRABALHOU NAS MINAS DE CARVÃO E FOI EMBORA DO BRASIL EM TEMPOS DE CRISE. DE VOLTA A CRICIÚMA, DEDICOU-SE AOS ESTUDOS E SUBIU NA VIDA

Por **Eduardo Kormives**



EDSON JUNIUS

Hamilton dos Santos Rocha, 52 anos, coordena uma equipe de 40 pessoas que levanta um prédio num bairro elegante de Criciúma. É sua terceira obra como contramestre – uma espécie de braço direito do mestre de obras –, condição a que ele chegou após dar uma guinada na vida e se dedicar com afinco aos estudos: de três anos para cá ele concluiu o ensino médio, fez cursos profissionalizantes e se qualificou na empresa onde trabalha, a construtora Fontana, uma das maiores do Estado. Fez isso tudo já por volta dos 50 anos de idade, na confiança de que um futuro auspicioso o aguarda. Afinal, se nos últimos dois anos ele vivenciou uma promoção, o casamento da filha, a reforma da casa e férias com a mulher no Rio de Janeiro, em breve quer realizar o sonho da patroa: mudar-se para um apartamento, quem sabe um dos que está construindo. Nada mal para o garoto pobre que aos 16 anos de idade largou os estudos para trabalhar e cuja história se confunde com a trajetória econômica de sua cidade natal, Criciúma.

Embora atuasse como servente de pedreiro desde 1976, Hamilton compartilhava o sonho de consumo dos trabalhadores do Sul do Estado nos anos 80: a indústria do carvão. “Para o comércio, que dava crédito, quem trabalhava na mina tinha um bom emprego”, conta. Era 1982 quando começou a “baixar a mina” na função de bombeiro, profissional de manutenção que atua para evitar incêndios, controlar o bombeamento de água e a ventilação. Passou por indústrias como Carbonífera Criciúma e CBCA, responsáveis por fazer da cidade a “capital brasileira do carvão”. Graças aos tempos áureos da mineração e da indústria cerâmica, Criciúma viu sua população subir de 62 mil para 111 mil habitantes entre 1960 e 1980. A cidade

se desenvolveu e novos bairros surgiram, dentre eles o Jardim Angélica, para onde Hamilton se mudou com a mulher, Eva,

logo depois do casamento, em 1985. “Fui o terceiro morador do bairro. Hoje não se vê um lote vazio”.

Hamilton fez um curso de electricista e nesta ocupação ele se aposentaria na mina em 1996, após 17 anos de trabalho. O carvão e a cerâmica já não tinham a mesma força de outrora, e os empregos se reduziram para um terço do que eram. Por isso, no fim dos anos 90 o futuro parecia estar longe de casa e quase 30 mil criciumenses viviam na região de Boston (EUA). Hamilton, que não estava com a vida ganha – tinha dois filhos para sustentar –, quase embarcou no sonho americano, mas, aconselhado por um amigo, partiu para Portugal em 2001. Graças às obras para a Eurocopa 2004, não foi difícil arrumar emprego. “Difícil mesmo foi ficar um ano e meio sem ver a família”, lembra.

Classe média

Na volta ao Brasil, em 2005, Hamilton encontrou um novo momento econômico, com milhões de pessoas ascendendo à chamada nova classe média e a construção civil a todo vapor. Tanto que ele entrou em um canteiro de obras da Fontana e saiu de lá empregado, o que ajudou a bancar a faculdade da filha Ellen, que se formou em Administração – o filho mais novo, Hamilton Júnior, é electricista. Incentivado pela filha, resolveu encarar as novas exigências do mercado, pois sentiu que poderia estar diante da melhor oportunidade da vida. Participou da seleção do programa Mestres do Futuro, da Fontana, ao lado de 37 inscritos, e foi um dos cinco escolhidos. Após dois anos de qualificação foi promovido a contramestre. O ensino médio foi concluído em paralelo, com auxílio de um programa do SESI, assim como os cursos técnicos de interpretação de projetos e informática, oferecidos pelo SENAI. Atualmente, Hamilton participa do curso de liderança na Fontana, mas a liderança de sua trajetória ele já assumiu, habilitando-se a construir seu próprio futuro. ■

Promovido a contramestre, Hamilton lidera uma equipe de 40 pessoas

Precisamos modernizar a ultrapassada CLT

A comemoração dos 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1º de maio, é uma excelente oportunidade para levar à discussão pública a necessidade urgente de se atualizar a legislação trabalhista. O debate deve incluir ramos expressivos da sociedade organizada — Congresso Nacional, governo, centrais sindicais e setor produtivo.

A CLT foi criada numa época em que predominava, no País, o trabalho na agricultura. A indústria era incipiente, o movimento sindical pouco estruturado e o nível de formação e qualificação do trabalhador reduzido. A lei surgiu sob a premissa de que os trabalhadores brasileiros tinham poucas condições de negociar livremente os termos de seus contratos.

Isso mudou. Hoje o Brasil tem uma indústria diversificada e moderna, que fabrica aviões de última geração, e explora petróleo em grandes profundidades no mar. Há novas formas de organização da produção. Ampliou-se o diálogo entre patrões e empregados, e o movimento sindical se fortaleceu a tal ponto que até possibilitou a eleição de um presidente da República.

É inadequado que a legislação mantenha dispositivos como o sobreaviso, criado para atender situações dos ferroviários na década de 1930, quando mal havia rádio. Eles recebiam hora extra por ficarem em casa, por causa da dificuldade de comunicação, na ex-

pectativa de substituição imprevista de um colega. Na era do tempo real, com internet nos celulares, a Justiça do Trabalho ainda multa empresas com base nesse anacronismo.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) mapeou exemplos como esses para demonstrar que é imprescindível mudar. Essa é razão do nosso documento *101 propostas para a modernização trabalhista*, lançado em dezembro, por ocasião do 7º Encontro Nacional da Indústria (ENAI). É um estudo detalhado, que aponta os problemas, identifica os prejuízos que eles trazem às empresas e aos próprios trabalhadores, sugere a solução para os obstáculos e define qual é a forma legal para eliminá-los.

O documento buscou listar os principais entraves de forma clara, ajudando a sistematizar a discussão. A rigidez da legislação trabalhista, o excesso de obrigações acessórias penduradas ao salário, a formação de passivos incalculáveis e a insegurança jurídica representam custos altos para as nossas indústrias, muitas vezes sem nenhum benefício aos trabalhadores.

Esses fatores conspiram contra a competitividade da economia brasileira. Modernizar a CLT é limpar o terreno para crescermos de maneira mais vigorosa e duradoura, sem deixar de proteger os trabalhadores. Como resultado, teremos um forte impulso para o pleno desenvolvimento econômico e social. ■



Robson Braga de Andrade

Empresário e presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI)

INSTITUTOS SENAI DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO



Com a necessidade de criar soluções para atender a expansão da indústria foi criado o **SENAI+Competitividade**, programa empresarial focado em resultados que integra inovação e desenvolvimento industrial a formação e capacitação de profissionais.

A implantação de 10 Institutos SENAI de Tecnologia e Inovação interligados a sua rede de Unidades é uma resposta à necessidade de tornar a indústria catarinense ainda mais competitiva!

No SENAI as empresas encontram pesquisa aplicada com foco em inovação

Tecnologia de ponta

Profissionais altamente capacitados

www.sc.senai.br
0800 48 1212

FIESC
FIESC
FIESC
SENAI
SC **SENAI**
A INDÚSTRIA DO CONHECIMENTO
Iniciativa da FIESC

O BRASIL CRESCE COM A FORÇA DAS INDÚSTRIAS. AS INDÚSTRIAS CRESCEM COM A ENERGIA DA TRACTEBEL.



PROPAGUE.COM

A Tractebel tem muito orgulho em fazer parte da indústria catarinense e de colaborar com o crescimento de todo o setor no Brasil. Com 22 usinas em 12 estados nas 5 regiões, ela oferece a energia que você precisa, com garantia de entrega, contratos flexíveis e condições sob medida. Para que a sua empresa possa continuar crescendo com toda a força, conte com a Tractebel: a maior geradora privada de energia do país.

25 DE MAIO, DIA DA INDÚSTRIA. UMA HOMENAGEM DA TRACTEBEL ENERGIA. www.tractebelenergia.com.br

Tractebel Energia
GDF SVEZ

Energia para a vida.